

## 2

### **João Paulo II e a Igreja no Brasil: de 1980 a 1990 (Primeira fase do Pontificado)**

Este capítulo apresenta, de modo descritivo, os discursos, as homilias e as mensagens de João Paulo II dirigidas ao Brasil, desde sua primeira visita ao nosso país, em 1980, até a segunda visita *ad limina apostolorum* dos bispos do Brasil a Roma, em 1990. Apresenta também acenos sobre a história da Igreja Católica no Brasil, no mesmo período, para facilitar a contextualização das palavras do Papa.

O esquema utilizado para a apresentação do conteúdo não segue o caráter cronológico, mas o territorial; ou seja, opta-se pela descrição progressiva das palavras do Papa nas diferentes Regiões brasileiras, no caso de sua visita, ou pela descrição de seus pronunciamentos aos bispos de cada região do território brasileiro, no caso das visitas *ad limina*, e não pela descrição segundo a ordem das datas das visitas. O motivo principal dessa escolha é o seguinte: a opção pela ordem cronológica, embora possa ser muito adequada em alguns aspectos, traz o inconveniente do excesso de subdivisões no texto, o que não ocorre com a opção assumida. Acompanham os pronunciamentos Pontifícios, os acenos históricos sobre a Igreja no Brasil. Tais acenos encontram-se inseridos em três momentos do esquema: antes da descrição das visitas do Papa ao Brasil, em 1980, e das visitas dos bispos do Brasil ao Papa, em 1985-1986, e em 1990.

#### **2.1**

##### **Primeira visita de João Paulo II ao Brasil em 1980**

Existe uma vasta bibliografia sobre a presença da Igreja no Brasil desde sua chegada com os *descobridores* até os dias atuais. A história da Igreja e a história do Estado caminham lado a lado no Brasil. Não se inclui entre os interesses deste trabalho de pesquisa trilhar tal caminho, visto que ele não faz parte dos objetivos aqui buscados. Este item trata sobre os elementos centrais da

Igreja Católica no Brasil, referentes à sua eclesiologia, ao seu relacionamento com a ordem temporal, e à sua relação com o pontifício magistério social. Os acenos históricos querem contextualizar a presença de João Paulo II junto à Igreja no Brasil em 1980<sup>1</sup>.

Desta forma, este item se dedica em mostrar alguns matizes histórico-pastorais da Igreja Católica no Brasil, por ocasião da primeira visita do Papa João Paulo II, em 1980; e se ocupa de modo principal, com a descrição dos pronunciamentos de João Paulo II no Brasil, em 1980, durante sua visita apostólica, no que se refere ao seu magistério social.

### 2.1.1

#### A Igreja que João Paulo II Encontrou no Brasil em 1980

Por um lado, é importante enfatizar as definições, que o próprio Papa atribuiu à Igreja Católica que ele encontrou no Brasil. O Papa definiu nossa Igreja como aquela que quer ser a Igreja dos pobres, como aquela Igreja que quer dizer aos que vivem na miséria: “é necessário fazer tudo aquilo que é lícito para assegurar a si e aos seus tudo aquilo que é necessário à vida e à manutenção” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.52-53). Definiu-a como aquela Igreja que quer dizer aos que vivem no bem-estar: “usufruí os frutos do vosso trabalho e de vossa industriiosidade, mas, em nome das palavras de Cristo, em nome da fraternidade humana e da solidariedade social, não vos fecheis em vós mesmos! Pensai nos mais pobres! (...) partilhai de modo programático e sistemático” (Ibid., p.53). Como aquela Igreja que quer dizer aos que têm de sobra

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto, o Cardeal Eugênio de Araújo SALES (*A participação do clero na atualidade brasileira*, p.5-21), apresenta uma síntese significativa sobre a presença da Igreja Católica, na história do Brasil. O bispo, José Carlos de Lima VAZ (*A Igreja e a República*, p.48-62), realiza bons apontamentos sobre a relação entre a Igreja Católica e a República no Brasil. Francisco Whitaker FERREIRA (*Igreja e política no Brasil atual*, p.121-127), ajuda-nos a compreender a importância da Igreja Católica no processo de superação da desigualdade social no Brasil, e coloca-nos diante dos desafios oriundos da relação entre leigos, comprometidos com a política, e hierarquia da Igreja. João Batista LIBANIO (*Igreja e poder político*, p.26-31), contribui com a compreensão da relação entre Igreja e poder político ao refletir sobre a relação do *sagrado* com as instituições políticas e do *político* com as instituições *sagradas*. Evandro FAUSTINO (*500 anos. Reflexões sobre a evangelização*, p.21-28), contribui para a compreensão dos caminhos da evangelização do Brasil, sobretudo no que se refere à relação entre a Igreja e a cultura indígena. Ari Pedro ORO (*Religião e política no Cone Sul*, p.76-102), auxilia para compreensão da presença da Igreja no Brasil, a partir dos documentos oficiais do Estado brasileiro, enfatizando o processo de constituição do Catolicismo como religião oficial, o fim deste regime, e as novas relações entre a Igreja e o Estado após a proclamação da República.

e vivem na abundância: “olhai um pouco ao redor! (...) Evitem o fechar-se em si mesmos, o apego à própria riqueza, a cegueira espiritual. (...) Quanto mais alto alguém está, mais deve servir! Servir aos outros” (Ibid., p.53-54). Por fim, como Igreja que quer ser dos pobres, a Igreja Católica no Brasil, diante do abismo existente entre ricos e pobres, quer falar aos homens que têm poder de decisão: “vós dos quais depende a situação do mundo, fazei tudo para que a vida de cada homem, na vossa terra, se torne ‘mais humana’, mais digna do homem. (...) Fazei tudo (...) para que se tenda à igualdade social” (Ibid., p.55).

O Papa definiu ainda a Igreja Católica no Brasil, e na América Latina, como Igreja da esperança, como Igreja que espera em Cristo e que um dia restituirá a toda a Igreja de Cristo o que recebeu (Ibid., p.57-58). Definiu-a também como a Igreja de Cristo, presente num país jovem, país aberto ao futuro, com a história marcada pelo substrato da fé católica, e país que se encontrava em transformação febril nas estruturas econômicas e sociais (Ibid., p.145). Definiu-a, por fim, ao chegar a Roma, depois da visita ao Brasil, como “uma Igreja viva, rica de fermento evangélico autêntico, que estimula o caminho rumo a um empenho sempre maior” (Ibid., p.278), em relação a Deus e em relação ao homem.

Por outro lado, é importante recordar a visão que alguns católicos do Brasil e outros críticos tinham sobre a pessoa e o pontificado de João Paulo II, e que interfere na compreensão e na assimilação das palavras do Papa. Para a Tradição católica apostólica romana, o visitante era, antes de tudo, um escolhido de Deus para ser Sumo Pontífice da Igreja; essa era, grosso modo, a visão popular católica sobre o Papa. Mas, no ambiente da Teologia da Libertação, João Paulo II, o Papa esperado, chegou a ser definido como um homem que tinha o coração de esquerda e a cabeça de direita (Betto, F., 1980, p.19). Entre os críticos do seu pontificado no primeiro mundo, encontramos afirmações de que o Papa “era um homem que acreditava em autodisciplina e em disciplina institucional” (Cornwell, 2005, p.83).

Ainda segundo a crítica, várias questões, na Igreja Católica no Brasil, desagradavam o Papa em 1980: a fuga em massa dos fiéis para o evangelismo protestante, o ativismo político de padres, a mistura de catolicismo autêntico e magia ou religiosidade popular, e a força da Teologia da Libertação (Ibid., p.99). Como esses tipos de afirmações e definições são muito susceptíveis de engano,

nesse item busca-se compreender as matizes centrais da história da anfitriã, a Igreja Católica no Brasil no ano 1980.

### 2.1.1.1 Uma Igreja de Todas as Classes Sociais

A Igreja Católica que o Papa encontrou no Brasil em 1980 era, sobretudo, marcada por três características principais: forte presença das classes populares e pobres, não como simples objeto de uma evangelização e pastoral paternalista, mas como sujeitos ativos e participativos na vida eclesial, organizados em comunidades eclesiais; experiência da perseguição<sup>2</sup>, por causa da luta pela justiça dentro de um país declaradamente católico; episcopado maduro, com mais de trezentos bispos, reunidos numa conferência de longa tradição, acostumado a superar suas dificuldades através do diálogo (Libânio, 1980, p.3-6).

Em 1980, o Papa encontrou no Brasil, segundo observação externa, a Igreja Católica mais progressista do mundo, que vinculava a fé ao compromisso social e aos pobres, e que causava um grande impacto na política brasileira (Mainwaring, 2004, p.169; p.202). Era uma Igreja que já havia enfrentado dificuldades nas suas relações com o Estado brasileiro, mas que se encontrava num momento mais favorável graças aos avanços na abertura política em tempos de regime militar (Ibid., p.180). Quando o Papa desembarcou no Brasil, os setores progressistas católicos já não tinham o monopólio do trabalho político junto às classes populares, como alguns anos antes, visto que, com o início da abertura política, os partidos e os movimentos sociais passaram a buscar o apoio popular (Ibid., p.232).

---

<sup>2</sup> De acordo com BERNSTEIN, C.; POLITI, M. (*Sua Santidade: João Paulo II e a história oculta de nosso tempo*, p.204-207), no que se refere ao regime de governo, a Igreja estava diante de duas opções difíceis: apoiar regimes antidemocráticos, que estavam no poder, ou apoiar a luta dos que combatiam o regime. Não existiam bases sociais suficientes para possibilitar outras alternativas, como a formação de alianças políticas reformadoras, por exemplo. Ocorria que, a escolha da primeira opção, envolvia fechar os olhos para certas formas de violência que limitavam a liberdade dos cidadãos; a escolha da segunda, envolvia aceitar a possibilidade de lutas armadas e aceitar o risco do ateísmo marxista. Para complicar ainda mais a situação, no interior da Igreja, os cristãos já estavam se expressando favoráveis a um caminho ou outro. Os que optavam por manter a ordem, o que envolvia apoiar o regime militar que estava no poder, eram considerados *conservadores*. Os que optavam pelo apoio às ações em vista da libertação da opressão, eram denominados *progressistas*.

Em 1980, o Papa encontrou uma Igreja com dificuldades, para alcançar consenso interno, entenda-se, no seio da CNBB, em torno de suas orientações pastorais. Tratava-se de uma Igreja que já não acreditava tanto na experiência de planos nacionais, pois, nem todos pensavam da mesma forma sobre o regime militar, havia os que criticavam a hegemonia do eixo Rio de Janeiro – São Paulo nas decisões, e alguns que pensavam que os planos nacionais pudessem diminuir o poder dos bispos locais (INPa, 2003, p.391-393).

O Papa encontrou, em 1980, uma Igreja que, vista a partir de sua hierarquia e de sua estrutura pensante, estava cheia de expectativas, esperando do Papa um reforço para sua unidade e direção, pois ela vivia um tempo difícil em suas relações com o Estado. Uma Igreja que, de um lado, desejava que o Papa incentivasse a fé do povo mais na linha do compromisso que do espiritualismo; que sonhava com o apoio do Papa para a luta em defesa dos Direitos Humanos, sobretudo, dos mais oprimidos, em vista da liberdade e da abertura política; uma Igreja que aguardava do Papa a denúncia da miséria crescente dos pobres devido à ganância dos ricos; uma Igreja que confiava numa palavra do Papa em favor de suas atividades junto às classes trabalhadoras. Uma Igreja que, de outro lado, esperava também algumas advertências do Papa, para que se tornasse mais coesa em torno dos dogmas e da autoridade eclesiástica, e para que tivesse uma presença na sociedade não só no sentido político, mas religioso e confessional (Boff, C., 1980, p.7-10).

O Papa encontrou também, no Brasil, uma Igreja popular, que aguardava sua vinda como uma festa. Era Igreja reunida em comunidades simples, que queria conversar com o Papa sobre sua consciência eclesial de Igreja povo, sobre sua gratidão pelo apoio dos bispos e padres engajados em suas lutas, sobre sua felicidade com a visita do pastor, sobre seu desejo de ser ouvida, sobre sua confiança na palavra e no auxílio do Papa, sobre suas misérias e sofrimentos, sobre suas humilhações e sonhos (Betto, F., 1980, p.16; Xerri, 1980, p.535-536; p.539-541).

O Papa encontrou ainda no Brasil, em 1980, outro seguimento da Igreja Católica que esperava dele posicionamentos diferentes daqueles que eram aguardados pelas camadas populares. Tratava-se de setores católicos constituídos pela classe média da sociedade, acostumados, até a década de 60, com o apoio da Igreja para suas iniciativas. Estavam descontentes com a união entre parte da

Igreja institucional e as camadas populares e esperavam que a visita do Papa interferisse nisso. Esses setores, formados também por leigos e clérigos, acusavam membros da hierarquia eclesiástica de estarem abandonando os ricos, facilitando a infiltração marxista, enfraquecendo a autoridade eclesiástica com a democratização excessiva, produzindo conflitos com os poderes político e econômico e policial, e abandonando a temática religiosa e se consumindo na problemática política e social (Libânio, 1980, p.3-6). Esses setores esperavam que o Papa agisse no sentido de desengajar a Igreja do Brasil do plano político, e ordenasse seu retorno ao âmbito não político, em vista da melhoria das relações da Igreja com o Estado (Lima, 1980, p.11-15)<sup>3</sup>. Estes setores aguardavam o Papa, pensando que ele viesse para corrigir e desautorizar, em parte, a Igreja e a CNBB (Betto, F., 1980, p.18).

#### 2.1.1.2

#### Uma Igreja Fortalecida Pela Tradição da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, segundo as afirmações do próprio Papa João Paulo II, em seu discurso ao episcopado brasileiro em 1980, gozava de um caráter quase pioneiro, por ser uma das primeiras Conferências deste gênero no mundo. Isso porque a CNBB nasceu em 1952<sup>4</sup>, bem antes do Concílio Vaticano II, com o objetivo de realçar a colegialidade dos bispos e incentivar esta iniciativa. Em 1980, a CNBB já exercia, havia 28 anos, sua atividade de possibilitar o diálogo e o encontro dos bispos, de facilitar a convergência da ação pastoral, e de representar o episcopado brasileiro junto a outras instâncias como a civil (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.240).

A década de 1970, sobretudo, fora para a CNBB um período fecundo de atuação pastoral, a partir de uma nova autocompreensão da missão da Igreja em meio aos conflitos sociais, com uma forma de pensar a fé em sintonia com a

---

<sup>3</sup> Uma reflexão muito boa sobre o mesmo assunto pode ser conferida em: LIBÂNIO, *Conflito Igreja-Estado*, p.29-40.

<sup>4</sup> Sobre a trajetória da CNBB, o Cardeal Aloísio LORSCHIEDER (*Cinquenta anos de CNBB: uma Conferência Episcopal em chave conciliar*, p.25-30), presta bons esclarecimentos. Sobre a história da CNBB, seus antecedentes, sua criação, seus desafios, Ivo LORSCHIEDER (*Jubileu de ouro da CNBB [1952-2002]*, p.97-108), oferece bons elementos teóricos para a compreensão.

realidade vivida especialmente pelos pobres e marginalizados. A Teologia da Libertação iluminou muito essa prática, salientando a dimensão transformadora da fé cristã no sentido de uma libertação integral<sup>5</sup>. Nesse contexto eclesial surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pequenos grupos que se reuniam para refletir sobre as questões da vida iluminadas pela fé na Palavra de Deus<sup>6</sup>. As chamadas *pastorais sociais* cresceram e se diversificaram como presença de serviço na sociedade<sup>7</sup>, e a religiosidade popular ganhou o status de um modo válido de se viver a fé, diferente do estabelecido pelas normas litúrgicas<sup>8</sup>.

O posicionamento pastoral da Igreja, sobretudo na década de 1970, com forte incidência social, colaborou para o crescimento de conflitos com os militares no poder. A Igreja foi tornando-se sempre mais a voz dos que não tinham voz, denunciando torturas praticadas pelo regime. Essa posição da Igreja, na defesa dos Direitos Humanos, permitiu que ela ganhasse notável autoridade moral e credibilidade em numerosos setores da sociedade brasileira (Mainwaring, 2004, p. 178).

No final da década de 1970, em 1979, realizou-se um evento eclesial importante, a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, reafirmando a compreensão da Igreja sobre sua presença na sociedade, o que norteou boa parte da caminhada da Igreja no Brasil; o texto das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1979-1982, pautado profundamente pelo Documento de Puebla, demonstrava isso (CNBB, Doc.15, 1979). A Igreja Católica no Brasil, a seu modo, fiel às conclusões de Medellín e Puebla, foi se delimitando cada vez mais como Igreja do povo de Deus, pobre e servidora, missionária e profética, em comunhão com a Tradição e a hierarquia católica, mas em ruptura com modelos e práticas da cristandade.

<sup>5</sup> Uma obra fundamental da Teologia da Libertação, por exemplo, é da década de 1970: GUTIÉRREZ, G., *Teologia da Libertação*, (original em espanhol, 1971).

<sup>6</sup> Há uma vasta literatura sobre as Comunidades Eclesiais de Base (Cf. TEIXEIRA, F., *A gênese das CEBs no Brasil, elementos explicativos*; MATOS, H. C. J., *CEBs, uma interpelação para o ser-cristão hoje*; CNBB, Doc. 25, *As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil*).

<sup>7</sup> As Pastorais Sociais sentem a incumbência de garantir a presença da Igreja em nossa sociedade. Uma presença lúcida, consciente, organizada, articulada com a Igreja e com a sociedade para garantir a missão plena da Igreja. Esta presença se ilumina com a atitude de serviço. Assim as Pastorais Sociais querem ajudar a Igreja a ter uma presença de serviço na sociedade.

<sup>8</sup> Um sinal claro do lugar ocupado pela religiosidade popular no Brasil, em 1980, pode ser inferido da publicação do seguinte documento: CNBB, Doc.11, *Diretório para missas com grupos populares*.

Padre Beozzo (1996, p.213-237) explica o relacionamento entre a Igreja do Brasil e a Santa Sé, enfatizando a existência de *tensão e diálogo*, de *apoio e contenção*, de *atrito local e confronto mais amplo*<sup>9</sup>. Para o historiador, no início, desde sua criação, em 1952, até o começo da década de 1970, a CNBB se sentiu amplamente apoiada pela Santa Sé. Mas, no contexto de desenvolvimento da Teologia da Libertação, em meio ao apoio, começaram a aparecer também contenções, aumentando atritos localizados. O confronto foi se tornando mais amplo e mais intenso, sem, no entanto, destruir ou impossibilitar o diálogo. Por volta de 1979 e 1980, a Igreja do Brasil passou por um enquadramento nas pautas da Igreja Universal, efetivado com a Conferência de Puebla, em 1979, e com a visita do Papa ao Brasil em 1980.

A visita do Papa João Paulo II aconteceu nesse clima eclesial de forte apelo social, de diálogo e tensão com a Santa Sé. Naqueles tempos de regime militar no Brasil, o Presidente da República era o General João Batista Figueiredo, enquanto a CNBB era presidida por Dom José Ivo Lorscheiter; Dom Clemente José Carlos Isnard era o vice-presidente, e Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida era o Secretário Geral (CNBB, *comunicado*, 1979, p.507).

### 2.1.1.3

#### Uma Igreja Esperançosa no Diálogo com o Estado

O Papa encontrou também, em 1980, de um lado, um governo enfraquecido no âmbito da legitimação de seu poder autocrático, sem boas relações com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, talvez, esperançoso quanto à possibilidade do uso político das palavras do Papa (Betto, F., 1980, p.18-20). Tratava-se de um governo, que estava no final do primeiro ano

<sup>9</sup> O Padre José Oscar BEOZZO, em seu livro *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II*, p.207-236, apresenta alguns atritos entre a Igreja no Brasil e a Santa Sé, ocorridos antes da primeira visita do Papa em 1980. Dois deles chamam muito a atenção: os episódios da defesa dos direitos humanos e do diretório litúrgico para celebrações com grupos populares. Em 1973, a CNBB assumiu o compromisso de levar avante uma efetiva promoção dos direitos humanos, e convidou outras Conferências Episcopais para participarem do projeto; no início, a CNBB foi apoiada por Roma, mais tarde foi questionada sobre sua legitimidade para convidar outras Conferências. Em 1977, a CNBB, apoiada em algumas consultas à congregação romana para os sacramentos e o culto divino, elaborou e aprovou um diretório litúrgico para celebração com os setores populares, indígenas e afro-brasileiros; mas, em dezembro de 1979, Roma negou a confirmação do diretório, e pediu para ser retirado do uso onde, erroneamente, tivesse sido implantado.

de um mandato previsto para seis anos, com a difícil incumbência de levar avante o processo de abertura política, de conter os dramas nos campos social e econômico (INPa, 2003, p.195-197). De outro lado, o Papa encontrou uma Igreja, que convivia com o fato de que um número crescente de seus agentes de pastoral popular estava ingressando em partidos políticos, sobretudo, nos de esquerda. O interesse pela candidatura aos cargos eletivos crescia entre os membros da pastoral popular filiados aos partidos políticos (Galleta, 1986, p.16-34).

A Igreja Católica no Brasil, em 1980, orientada pela CNBB, vivia seu compromisso evangélico com práticas pastorais marcadamente sociais. Esse empenho social era fruto de uma caminhada iluminada pelos ensinamentos do Concílio Vaticano II, traduzidos pela II Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín, em 1968, que, com a visão conciliar da Igreja como *Povo de Deus* (*Lumen gentium*, 9-17), denunciou a dependência e a submissão do Continente Latino-Americano às estruturas de marginalização e de pobreza crônica. Os ensinamentos de Medellín refletiam-se nas posições da CNBB que lutava por uma sociedade mais justa e igualitária, defendia os Direitos Humanos fundamentais e denunciava os abusos de poder do Estado (Matos, 2003, p.195-196)<sup>10</sup>.

Somavam-se ao posicionamento pastoral da CNBB os efeitos da situação política do Brasil, que vivia sob o regime da ditadura militar e do AI-5<sup>11</sup>. Os

<sup>10</sup> De 17 a 19 de fevereiro de 1969, reuniu-se em São Paulo a Comissão Central da CNBB para preparar um pronunciamento oficial do Episcopado Nacional, sobre a situação criada a partir do AI-5, ato institucional do governo militar, que figura entre os mais controvertidos na história recente. O trecho mais destacado pela imprensa foi: “A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação de direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento e de informação; ameaça à dignidade da pessoa humana, de maneira física ou moral; institui um poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados, e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade” (MATOS, *Nossa história: 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil*, p.195-196).

<sup>11</sup> Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968 (Disponível em: <[http://www.acervo.ditadura.rs.gov.br/legislacao\\_6.htm](http://www.acervo.ditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm)>). A emenda Constitucional número 11, de 13 de outubro de 1978, encontra-se disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc anterior1988/em\\_c11-78.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc anterior1988/em_c11-78.htm)>. Considerado como o mais cruel, abrangente e autoritário dos Atos Institucionais do período da ditadura militar no Brasil, o Ato Institucional Nº 5, ou simplesmente AI-5, entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, e na prática revogou os dispositivos constitucionais de 67, além de reforçar os poderes arbitrários e ilimitados do regime militar. Este Ato vigorou até 31 dezembro de 1978, uma vez que fora revogado pela emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, para vigorar a partir de primeiro de janeiro de 1979. O AI-5, entre outros, suspendeu garantias constitucionais, suspendeu o *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, excluiu de apreciação jurídica as realizadas pelo Estado de acordo com as normas deste Ato, deu ao Presidente da República o direito de decretar o recesso do Legislativo em todas suas esferas, intervir nos Estados e Municípios, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão e caçar mandatos políticos eletivos, e decretar Estado de sítio e o confisco de bens.

estragos causados nas relações sociais, de modo geral, e na relação entre a Igreja Católica e o Estado, de modo específico, pelos poderes excepcionais conferidos ao Presidente da República, sobretudo, pelo Ato Institucional número cinco do regime militar, que após vigorar por 10 anos havia perdido a vigência há pouco tempo, ainda não tinham sido reparados.

Como se vê, a visita do Papa, em 1980, aconteceu num momento bem marcante para a história da Igreja Católica no Brasil e do Estado brasileiro. A Igreja estava esperançosa com os rumores da democracia; o Estado brasileiro vivia em clima de reformas institucionais e revisão de metas. Muitas expectativas cercavam a visita de João Paulo II, e até mesmo já se esperava que esse clima anterior se refletisse nas interpretações posteriores das palavras e atitudes do Papa durante a visita (Betto, F., 1980, p.20).

### **2.1.2**

#### **A palavra de João Paulo II ao Brasil em 1980**

A visita do Papa João Paulo II ao Brasil, pela primeira vez, estendeu-se do dia trinta de Junho de 1980 ao dia onze de Julho de 1980. Durante sua estadia no Brasil, ele visitou as seguintes cidades: Brasília - DF, nos dias 30/06 e 01/07; Belo Horizonte - MG, no dia 01/07; Rio de Janeiro - RJ, nos dias 01/07 e 02/07; São Paulo - SP, nos dias 03/07 e 04/07; Aparecida - SP, no dia 04/07; Porto Alegre - RS, nos dias 04/07 e 05/07; Curitiba - PR, nos dias 05/07, 06/07 e 07/07; Salvador - BA, no dia 07/07; Recife - PE, no dia 07/07; Teresina e Marituba - PI, no dia 08/07; Belém do Pará - PA, no dia 08/07; Fortaleza - CE, nos dias 09/07 e 10/07; e Manaus - AM, nos dias 10/07 e 11/07.

Nesse item, a descrição dos ensinamentos sociais do Papa será agrupada em blocos, seguindo as Regiões do território brasileiro, por ordem alfabética.

#### **2.1.2.1**

##### **A Palavra de João Paulo II na Região Centro-oeste**

Na região Centro-oeste, durante sua primeira viagem ao Brasil, em 1980, João Paulo II visitou a cidade de Brasília - DF. Assim que chegou, durante sua

saudação no aeroporto de Brasília, o Papa mostrou o primeiro motivo que o trazia até aqui: conhecer o país com o maior número de católicos em toda a terra, país que traz uma vocação peculiar no mundo contemporâneo em vista da solidariedade internacional. Deixou claro, que veio para exercer uma missão pastoral e religiosa, num país que nasceu à sombra da cruz e foi logo alimentado com a Eucaristia, e numa terra onde a história da pátria e a história da Igreja estão intimamente ligadas. Mostrou também as finalidades de sua visita, ao afirmar que veio, em primeiro lugar, para cumprir o mandato de confirmar na missão seus irmãos bispos e, com eles, confirmar na fé os filhos da Igreja Católica, a fim de que eles testemunhassem diante do mundo as razões de sua esperança em Cristo e comunicassem as riquezas do amor de Cristo; veio, em segundo lugar, porque o Brasil, país de imensa maioria católica, traz em si uma vocação peculiar no mundo contemporâneo e no concerto das nações (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.8-9). O Papa expressou ainda um sonho de ver o Brasil praticando “um convívio social exemplar, superando desequilíbrios e desigualdades, vivendo na justiça e na concórdia, com lucidez e coragem, sem choques nem rupturas. Este será certamente um eminente serviço à paz internacional” (Ibid., p.9).

Nesta mesma saudação, João Paulo II mostrou o segundo motivo de sua visita, ao afirmar que o Brasil “traz evidentemente em si uma vocação no mundo contemporâneo e no concerto das nações. Em meio às ansiedades e incertezas e - por que não dizê-lo? - nos sofrimentos e agruras do presente, poderá gestar-se um país que amanhã ofereça muito à grande solidariedade internacional” (Ibid., p.8-9). Desenvolvendo o assunto, o Papa manifestou sua esperança, seu desejo e seu pedido a Deus: “que a minha visita sirva de estímulo a uma crescente consolidação da Igreja, comunidade de salvação no meio de vós. Em benefício de todos os brasileiros e da Igreja Universal” (Ibid., p.9).

No encontro com os padres e com as religiosas, na catedral de Brasília, em trinta de Junho de 1980, o Papa, depois de definir os católicos brasileiros como um povo bom e simples, que revela uma grandiosa fome de Deus, exortou a todos os presentes, para que assumissem, com coragem, a tarefa de saciar esta fome, contribuindo assim, da mesma forma, para tornar o povo mais humano. Pois, “com espírito de mãe e sempre fiel ao seu Senhor, no respeito às legítimas

instituições que devem servir à causa do homem, a Igreja deve prestar a colaboração específica de sua própria missão, em vista do bem comum, na construção da civilização do amor” (Ibid., p.12).

João Paulo II pediu também que os padres e os religiosos sejam entusiasmados com a missão evangelizadora da Igreja, tornando o mundo mais humano. Solicitou que sejam portadores da palavra de ânimo para os membros das comunidades, dispensando especial atenção aos pequeninos, pois estes são os que mais necessitam de atenção e conforto (Ibid., p.12).

Na homilia de sua primeira missa, em trinta de Junho de 1980, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília - DF, o Papa, para mostrar que a cruz fora plantada na história do Brasil e no coração de seus habitantes, recordou duas cruzes plantadas no solo brasileiro, em diferentes momentos da sua história: a cruz de Porto Seguro, no dia três de maio de 1500, sob a qual Frei Henrique de Coimbra teria celebrado a Eucaristia pela primeira vez no Brasil; a cruz de Brasília, plantada num outro três de maio, em 1957, diante da qual foi celebrada uma missa, dando início à construção de Brasília. Partindo desse intróito, o Papa afirmou que “a fé católica, não apenas em sua formulação abstrata, mas em sua concretização prática, nas normas que ela inspira e nas atividades que ela suscita, está na raiz da formação do Brasil” (Ibid., p.15). Afirmou, porém, que “a missão da Igreja não se pode reduzir ao sócio-político, mas consiste em anunciar o que Deus revelou sobre si mesmo e sobre o destino do homem. Consiste em propor Jesus Cristo e sua boa nova de salvação” (Ibid., p.16)<sup>12</sup>. Esclareceu, que cada vez que se celebra, com fé, o mistério da cruz, “cresce em nós, à luz da fé, a certeza de que o tempo do sacrifício e da renúncia pode bem ser princípio de tempos novos de realização e de plenitude. Isto vale para as pessoas. Vale também para as coletividades. Pode valer para todo um povo, para um país” (Ibid., p.16).

Após a missa, o Papa João Paulo II abençoou uma estátua de Dom Bosco, sem referir-se a temas muito significativos do magistério social. Ainda no mesmo dia trinta de Junho de 1980, ele discursou, no Palácio do Planalto, diante dos representantes dos três poderes. No discurso, o Papa recordou o caráter apostólico

---

<sup>12</sup> Estas afirmações foram consideradas como estratégicas na orientação sobre a Teologia da Libertação. O Papa estaria deixando claros os rumos que tomaria em sua intervenção para auxiliar na solução do dito conflito entre *progressistas* e *conservadores*, no seio da Igreja no Brasil (Cf. MARTINELLI, *A teologia da libertação enquadrada*).

e as finalidades estritamente pastorais de sua visita, mas esclareceu que, com este cunho religioso, sua visita também comportaria “uma mensagem nítida sobre o homem, seus valores, sua dignidade e sua convivência social” (Ibid., p.21). O Papa agradeceu a dedicação com que foi acolhido no Brasil pelos líderes políticos, expressou sua estima pela missão que esses desempenhavam, e recordou que o mandato que os membros dos três poderes recebem confere a eles o compromisso de servirem ao bem comum da nação.

Em seguida, ainda falando aos representantes dos três poderes, enquanto refletia sobre alguns princípios antropológicos fundamentais de seu magistério, João Paulo II afirmou que “o homem não pode abdicar de si mesmo, nem do lugar que lhe compete no mundo visível” (Ibid., p.23). Depois, voltando-se ainda mais para os planos visíveis e invisíveis, recordou que o homem não pode tornar-se escravo das coisas materiais, “do consumismo, dos sistemas econômicos, ou daquilo que ele produz; o homem não pode ser feito escravo de ninguém nem de nada; o homem não pode prescindir da transcendência” (Ibid., p.23). O ser humano deve ser cada vez mais construtor da civilização do amor. Expressou, ainda, quanto seria benéfico para o mundo uma melhor acolhida a esta compreensão do homem, a única compreensão capaz de dar sentido humano às iniciativas da vida cotidiana: “programas políticos, econômicos, sociais, culturais etc.” (Ibid., p.23); compreensão básica para fundamentar programas da verdadeira civilização, programas da civilização do amor.

Ainda no mesmo discurso, voltando-se à reflexão de cunho mais eclesiológico, o Papa explicou que a Igreja, em pleno respeito às legítimas instituições de ordem temporal, só pode se alegrar “com os esforços que visem a salvaguardar e promover os direitos e liberdades fundamentais de toda pessoa humana e assegurar a sua participação responsável na vida comunitária e social” (Ibid., p.23). Afirmou que a Igreja não cessa de animar os responsáveis pelo bem comum, para que realizem as reformas necessárias para salvaguardar, promover e assegurar os direitos, as liberdades e a participação. Isso ela faz, consciente de que quando não feitas, abrem-se espaços para que tais reformas sejam buscadas sob o impulso de correntes, recorrendo-se à violência, com o risco de supressão de direitos e liberdades fundamentais (Ibid., p.24). Recordou, porém, “que jamais uma transformação de estruturas políticas, sociais ou econômicas se consolidaria, se não fosse acompanhada de uma sincera ‘conversão’ da mente, da vontade e do

coração do homem com toda a sua verdade” (Ibid., p.25). Mas também mostrou sua posição ao dizer que, embora toda a sociedade seja corresponsável pelas mudanças necessárias, não se pode prescindir do fato de que os processos dependam mais dos que estão ocupando “as funções de governo e de liderança. Dependem de seu empenho primordial em renovar e formar as mentalidades com adequados, constantes e pacientes processos de educação e aproveitamento das boas vontades” (Ibid., p.25).

Discursando para o corpo diplomático, o Papa afirmou que a responsabilidade deste é ser instrumento de diálogo nas mais variadas situações de conflito, tendo como meta a busca da paz. Mas é necessário “‘merecer’ essa paz, assegurando o bem comum de todos e o respeito aos seus direitos. O bem comum de uma sociedade exige que ela seja justa. Onde falta a justiça, a sociedade está ameaçada por dentro” (Ibid., p.27). A justiça, por sua vez, continuou o Papa, não pode ser alcançada pela violência, pela revolução, pelo derramamento de sangue. A justiça deve ser alcançada por meio de reformas pacíficas (Ibid., p.27).

Quanto ao exercício da autoridade, na defesa do bem comum, o Papa ensinou que “o poder tem o direito de mostrar-se forte, frente aos que cultivam um egoísmo de grupos em prejuízo do conjunto. (...) Em caso algum o poder se poderá permitir violar os direitos fundamentais do homem” (Ibid., p.27). Cada nação tem o direito de viver em paz e segurança. Mas a não ingerência de um país mais poderoso sobre os países mais pobres não basta, pois isso poderia parecer indiferença. É preciso que uma solidariedade internacional seja promovida entre as nações, pois a paz passa por um desenvolvimento solidário e não pela acumulação das armas do medo e das revoltas (Ibid., p.28).

No dia primeiro de Julho de 1980, o Papa visitou o presídio da Papuda, em Brasília, e ressaltou a dignidade humana e a importância da conversão: “em vós encontro pessoas humanas e sei que toda pessoa humana corresponde a um ‘pensamento’ de Deus. (...) Desejo que o período passado aqui seja (...) um tempo de graça, de regeneração, de descoberta de Deus em Jesus Cristo” (Ibid., p.28-29).

### 2.1.2.2 A Palavra de João Paulo II na Região Nordeste

Em Salvador, Bahia, no dia sete de Julho de 1980, ao dirigir-se aos construtores da sociedade pluralista – trabalhadores, industriais, profissionais, estudantes, economistas, artistas, homens da ciência e da técnica, artesãos e jornalistas, políticos e camponeses, habitantes das grandes e pequenas cidades –, o Papa deixou claro que não falava como economista ou sociólogo, mas como pastor universal, pois é em Cristo que a Igreja é perita em humanidade<sup>13</sup> (Ibid., p.178-179). Recordou que todo homem é construtor da sociedade, mas para Igreja, conforme o Concílio Vaticano II (*Apostolicam actuositatem*, 71), “compete aos leigos (...) assumir, como tarefa própria, a instauração da ordem temporal, e nela agir diretamente e de modo concreto, guiados pela luz do evangelho e do pensamento da Igreja e movidos pela caridade cristã”. João Paulo II, refletindo sobre os desafios do pluralismo para o homem e a sociedade, afirmou que a Igreja anuncia que “não se edifica a sociedade sem Deus, sem a ajuda de Deus (...). É Deus a garantia de uma sociedade à medida do homem” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.179). A Igreja, ao contribuir com a construção da sociedade, respeita as atribuições dos homens públicos. Não tem pretensão de intrometer-se no campo da política, “não aspira a participar na gestão dos assuntos temporais. A sua contribuição específica será a de fortalecer as bases espirituais e morais da sociedade” (Ibid., p.180). O Papa deixou bem claro com isso, que se trata de um serviço de formação das consciências. De fato, a Igreja, em seu magistério social, não propõe um modelo político ou econômico concreto para a sociedade, “mas indica o caminho e apresenta princípios. E o faz em função de sua missão (...), que tem como objetivo o homem em sua dimensão escatológica, mas também no contexto concreto de sua situação histórica” (Ibid., p.180).

---

<sup>13</sup> Foi o Papa Paulo VI quem cunhou essa expressão *Igreja perita em humanidade*, e a usou pela primeira vez em uma alocução à Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), em 04/10/1965, e depois a colocou em sua encíclica social (Cf. *Populorum progressio*, 13). Depois dele, a expressão foi muito usada em inúmeros documentos pontifícios e em discursos eclesiais e não eclesiais. O Papa João Paulo II usará a expressão com o significado de que a sabedoria da Igreja sobre o homem seja fruto de sua comunhão com Cristo e de seu serviço a ele, sobretudo, e não fruto de seus conhecimentos de sociologia ou psicologia, etc. O uso da expressão de Paulo VI por João

O Papa recordou ainda, durante o mesmo discurso, que o homem deve ser proposto como o único critério que dá sentido e direção a todos os compromissos dos responsáveis pelo bem comum, seja ele alguém investido de poder, ou um simples cidadão; colocar o homem como critério e no centro de toda atividade social significa sentir-se preocupado com tudo o que é injustiça e que ofende sua dignidade. Cabe, assim, aos construtores da sociedade trabalhar em prol da justiça social e da solidariedade, rejeitar o egoísmo coletivo de um grupo, recusar a violência como meio para resolver problemas sociais, colocar-se do lado dos pobres (Ibid., p.180-182). Em seguida, João Paulo II definiu o que significa construir a sociedade: “formar a própria consciência segundo as exigências da lei de Deus (...). Tomar o partido da consciência, dos princípios da justiça, da fraternidade, do amor (...). Converter-se continuamente” (Ibid., p.184).

Ainda em Salvador, ao visitar a favela dos Alagados, o Papa recordou a importância da presença da Igreja no meio dos pobres, apelou à consciência de todos que poderiam ajudar na melhoria daquela situação de vida desumana, e afirmou aos presentes que ali moravam: “não digam que é vontade de Deus que vocês fiquem numa situação de pobreza, doença, má habitação, que contraria, muitas vezes, a sua dignidade de pessoas humanas” (Ibid., p.190); vocês pobres é que têm de ser sempre os primeiros na luta para tornar melhor a própria vida.

Durante homilia na missa em Salvador, no dia sete de Julho de 1980, João Paulo II refletiu sobre a história da Igreja no Brasil, sobre a inculturação da fé e sobre a religiosidade popular. Nessa reflexão, o Papa afirmou que é preciso olhar para o futuro e promover o verdadeiro progresso, salvando a todo custo os sagrados valores da fé, da família e da moral (Ibid., p.194). Partindo disso tudo, deixou claro que o verdadeiro apóstolo do evangelho é o que evangeliza e humaniza ao mesmo tempo, e recordou aos missionários e evangelizadores que o compromisso principal deles era “com o evangelho, sendo competência e dever primário do Estado oferecer a todo brasileiro as condições exigidas por uma vida digna (...) À Igreja compete apenas subsidiariamente a solução dos problemas de ordem temporal” (Ibid., p.195).

Já em Recife, no mesmo dia sete de Julho 1980, na homilia durante a missa, o Papa dirigiu-se, de modo especial, aos camponeses e ressaltou as

---

Paulo II segue os princípios gerais da *Gaudium et Spes*, 22, onde se afirma que, ao conhecer Cristo, o homem conhece também a si mesmo.

consequências da rápida mutação sociocultural de nosso tempo no setor agrícola, setor mantido, por um tempo longo, à margem do progresso dos níveis de vida. João Paulo II recordou o desejo da Igreja, à luz da *Gaudium et spes* (14; 24; 42; 66) e da *Redemptor hominis* (14), de, num sincero respeito ao domínio temporal, ajudar a estabelecer a comunidade humana segundo a lei divina e anunciar que a terra é dom de Deus para todos. Isso a Igreja aspira, a fim de que a vida humana se torne cada vez mais humana, mais digna, e que os moradores das áreas rurais não fiquem reduzidos a cidadãos de segunda categoria (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.199-200). Nesse contexto, o Papa afirmou também que:

o direito de propriedade, em si mesmo legítimo, deve, numa visão cristã do mundo, cumprir a sua função e observar sua finalidade social (...) No uso dos bens possuídos, a destinação geral que Deus lhes deu e as exigências do bem comum prevalecem sobre vantagens, comodidades e, por vezes, mesmo necessidades não-primárias de origem privada (Ibid., p.200).

O Papa ensinou que para defender, à luz da vontade de Deus, a dignidade humana no mundo agrícola, não basta dispor de terras em abundância, é preciso existir também uma legislação justa em matéria agrária e uma sincera conversão do homem ao homem na sua plenitude e transcendência (Ibid., p.201).

Ainda em Recife, o Santo Padre recordou alguns princípios que norteiam a reflexão da Igreja sobre a vida social e o mundo do trabalho<sup>14</sup>: a organização social deve estar a serviço do homem, e não o contrário; o homem não é mero instrumento de produção, o homem não é para o trabalho, mas, ao contrário, o trabalho é que é para o homem. À luz da parábola do rico e do pobre Lázaro (Cf. Lc 16,19-31), Cristo não condena a posse de bens materiais, mas o mau uso dos mesmos. Aos trabalhadores deve ser garantido o direito de participação na vida das empresas nas organizações destinadas a definir e salvaguardar seus interesses; a vontade de Deus é que o homem administre o dom da terra como ‘senhor’ e ‘guarda’ inteligente (cf. Gn 1,28; 2,15), pensando nas gerações futuras, e não como ‘desfrutador’ e ‘destruidor’. Diante das injustiças, os trabalhadores não podem rebaixar a dignidade moral e religiosa, aceitando os sentimentos de ódio e violência; o trabalho, fator de produção, fonte de bens econômicos, meio de

<sup>14</sup> Nestas colocações, o Papa antecipa muitos elementos teológicos que seriam desenvolvidos por ele, no ano seguinte, na encíclica *Laborem exercens*.

ganhar a vida, deve ser visto também como dever humano, amor, fonte de honra e oração (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.201-205). O Papa ensinou, sobretudo, que não pode haver estratos sociais privilegiados, que não podem existir desigualdades clamorosas entre os ambientes urbanos e rurais no que se refere aos bens de primeira necessidade como “alimento, habitação, assistência medicossocial, instrução de base, formação profissional, transporte, informação, possibilidade de se distrair, vida religiosa” (Ibid., p.203). Isso significa que, quando desigualdades clamorosas vierem a existir, é preciso ação rápida para eliminá-las ou, ao menos, reduzi-las até onde for possível.

Em Teresina, no dia oito de Julho de 1980, em sua saudação no aeroporto, João Paulo II, à luz da *Gaudium et spes* (21-22), segundo a qual o homem é para si mesmo uma pergunta sem resposta e que só o mistério do Verbo Encarnado ilumina o mistério do homem, afirmou que a mensagem da Igreja se revelaria bem depressa vazia e sem consistência, se ela não proclamasse “que só no Senhor Jesus se realiza a salvação definitiva, pois a não ser n’Ele, a paz e a esperança, a justiça e a fraternidade, a solidariedade e o amor correm o perigo de perder o próprio conteúdo, e de voltar-se contra o homem” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.208). Referiu-se às condições climáticas, à miséria de muitos e ao drama da emigração muito presentes no Estado do Piauí; pediu aos mais letrados, aos mais ricos, aos que ocupavam postos de decisão, para assumirem a causa dos irmãos que se debatiam na pobreza, uma vez que, com frequência, os pobres não conseguem reerguer-se e fugir desta situação só com as próprias forças; pediu aos pobres para se sentirem amados por Deus e estimulados pela Igreja, para não se deixarem destruir pelas condições atuais, para manterem acesa a esperança de um amanhã melhor, e para aspirar a dignidade dos filhos de Deus fazendo tudo para superar a má pobreza<sup>15</sup> e suas malignidades (Ibid., p.208-209). Por fim, desejou que o Piauí alcançasse o desenvolvimento integral, o progresso que eleva e dignifica o homem, que instaura e consolida a justiça e a equidade; pediu que a fé e a piedade fossem novos impulsos no esforço em vista do pleno desenvolvimento, pois, o auxílio de Deus não dispensa o trabalho do homem; afirmou que a solidariedade deve substituir as ideologias do egoísmo, da prepotência e do interesse de grupos e

<sup>15</sup> A *boa pobreza* é, de acordo com João Paulo II, a pobreza evangélica, incentivada por Cristo, e que não possui conotação de ofensa à dignidade humana, mas de elevação da mesma.

peessoas, levando todos os que têm responsabilidade politicossocial ao encontro dos que necessitam de ajuda (Ibid., p.209-210).

Em Fortaleza, Ceará, durante sua saudação, no Estádio Castelão, ao dirigir-se aos sacerdotes, aos religiosos e às religiosas, o Papa classificou o trabalho daquela Igreja como sendo uma “obra de evangelização, assistência e promoção humana” (Ibid., p.226). Na homilia da missa de abertura do Congresso Eucarístico Nacional, o Papa recordou que se “o homem deseja encontrar satisfação para a sede de felicidade que lhe abrasa o coração, é para Cristo que deve orientar os seus passos” (Ibid., p.230). Quando os fiéis participam da eucaristia com o coração sincero, podem receber um novo impulso para um melhor relacionamento entre si, com o reconhecimento recíproco dos direitos e deveres, facilitando, assim, o cumprimento das exigências pedidas pela justiça. Quem se aproxima do Cristo na eucaristia entende melhor, assim como os primeiros cristãos, que eram assíduos na “fração do pão” (At 2,42), que os bens deste mundo estão destinados pelo Criador para atender às necessidades de todos os homens e mulheres, sem exceção. A eucaristia alimenta a caridade, para que essa se expresse na alegria de gozar juntos dos bens que Deus pôs à disposição de todos (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.232-233).

João Paulo II recordou ainda a posição da Igreja no que se refere ao problema das migrações, afirmando que, entre os direitos fundamentais do homem, figura “o direito de permanecer livremente no próprio país, de ter uma pátria, de emigrar dentro e para fora do país, por motivos legítimos” (Ibid., p.234); incentivou a pastoral dos migrantes. Numa oração, no final da mesma homilia, pediu para que o Brasil prosperasse espiritual, moral e materialmente; pediu também, para que desaparecessem ou, ao menos, diminuíssem, ao mínimo, as diferenças entre as regiões dotadas de bem-estar material e as menos afortunadas (Ibid., p.235). Ao final da missa, o Papa convidou os presentes para que, diante do mistério da eucaristia e na situação atual do Brasil e da sociedade, fizessem a mesma pergunta dos discípulos de Jesus: “Senhor, a quem iremos?” (Jo 6,67-68). E prosseguiu, “pergunta que refere a problemas socioeconômicos fundamentais, a questões de justiça e de paz, a problemas da vida e do pão cotidiano, a problemas da família e da juventude, a problemas da imigração. Tudo isso precisa ser meditado diante de Cristo” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.238).

Em seu discurso aos bispos brasileiros<sup>16</sup>, na catedral de Fortaleza, no dia dez de Julho de 1980, o Papa enfatizou a importância de a CNBB não paralisar-se na autossatisfação do que já realizou, mas aperfeiçoar-se na comunhão, na participação e na evangelização. Os cimentos da comunhão – o único Senhor, a única verdade, a única salvação e a caridade fraterna – são bem mais fortes do que tudo que poderia dividir ou separar os bispos entre si. “A pregação melhor que podem fazer os bispos de uma nação, o serviço mais frutuoso que podem prestar os bispos a sua gente, o gesto mais eficaz que podem realizar será certamente a demonstração veraz e visível que puderem dar de comunhão entre eles” (João Paulo II, 1980, p.241). O crescimento na participação exige que todos os bispos brasileiros se sintam plenamente membros da CNBB, e que nenhum bispo se sinta e se diga, ou se ponha à margem dela (Ibid., p.242-243). Quanto à evangelização, tarefa principal dos bispos, o Papa recordou a importância da centralidade de Deus, do mistério de Cristo, da transcendência da salvação e da fé. Assim ele se expressou:

nós, ministros de Jesus Cristo em sua Igreja, só teremos credibilidade e eficácia ao falarmos das realidades temporais se antes (ou pelo menos ao mesmo tempo) estamos atentos a proclamar ‘uma salvação que ultrapasse todos estes limites (temporais) para realizar-se no absoluto de Deus’ (...), proclamar o anúncio profético de ‘um mais além’, vocação profunda e definitiva do homem’ (...) Na nossa atividade de ministério terão de prevalecer sempre ‘as coisas concernentes a Deus’, se quisermos que permaneça com toda a sua vitalidade a nossa condição de ‘constituídos a favor dos homens’ (Ibid., p.244-245).

Por conseguinte, de acordo com as palavras do Papa, em Fortaleza, os bispos precisam ter a preocupação com os problemas emergentes da vida dos homens e da sociedade sem perder o foco essencial da missão, ou seja, sem deixar de tratar os problemas próprios da vida da Igreja, tais como liturgia, oração, vocações, catequese, formação religiosa, piedade popular, desafio das seitas e da imoralidade. À luz do exemplo de São Paulo (Cf. 1Cor 1,23; 2,1-2), o Papa

---

<sup>16</sup> Esse discurso do Papa figura entre os mais debatidos de todos. Há quem diga que João Paulo II, impressionado pela dramaticidade da realidade local, com a qual tinha entrado em contato, tenha reescrito o discurso, que havia trazido de Roma para o evento (Cf. DZIWISZ, S.; SVIDERCOSCHI, G. F., *Uma vida com Karol*, p.108), tornando-o mais brando em suas afirmações (Cf. BEOZZO, J. O., *A Igreja do Brasil*, p.230). A esse comentário de Beozzo se une o fato de que, no dia 10 de dezembro de 1980, cada bispo tinha recebido uma carta da Santa Sé, com críticas e reservas ao modo de se conduzir a Igreja no Brasil (Ibid., p.227-235), o que gerou um grande transtorno para a compreensão, visto que no Brasil as palavras foram, aparentemente, de elogio e de apoio aos bispos.

recordou a missão dos bispos: “não viemos proclamar nenhuma ciência humana, mas Jesus Cristo (...), pois em meio ao nosso povo não somos peritos de política ou economia, não somos ‘líderes’ em vista de nenhuma empresa temporal, mas ministros do evangelho” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.249). O Papa recordou ainda, que em nome do evangelho, os bispos são promotores dos valores humanos, antes de tudo da verdadeira dignidade humana. A vocação de bispo proíbe este pastor da Igreja de tudo que se pareça com partidarismos políticos e sujeição à ideologias ou sistemas, mas não o proíbe, antes o convida, a estar a serviço dos mais pobres de modo preferencial, sem, contudo, cair no exclusivismo nem deixar de anunciar a eles a palavra de conversão e salvação (Ibid., p.252).

No mesmo discurso, o Papa recordou ainda, que a Igreja respeita a autoridade constituída e a considera muito necessária, mas “reivindica como seu direito o dever e a prática de uma pastoral social, não na linha de um projeto puramente temporal, mas como formação e orientação das consciências, por seus próprios meios específicos, para que a sociedade se torne mais justa” (Ibid., p.253). O Santo Padre continuou mostrando quem deve assumir, no seio da Igreja, as rédeas desta ação: “é função do episcopado preparar e propor o programa de tal pastoral social e realizá-lo dentro da unidade colegial. No Brasil existe a (...) perspectiva de (tal ação) dar muitos frutos, pois neste país a Igreja e o episcopado constituem uma verdadeira força social” (Ibid. p.253). É preciso, no entanto, em primeiro lugar, que este programa social esteja em coerência com a natureza e a identidade da Igreja, ou seja, corresponda aos princípios do evangelho e se inspire no Magistério, sobretudo no Magistério Social; em segundo lugar, o programa da pastoral social deve ser autenticamente brasileiro, sem deixar de ser ao mesmo tempo universal; em terceiro lugar, tal programa precisa ser orgânico, ou seja, deve considerar a ligação entre os diferentes fatores econômicos e técnicos, de uma parte, e as exigências culturais, de outra parte, dando atenção especial à instrução e à educação como pré-requisitos fundamentais para o acesso à promoção social igual para todos; em quarto e último lugar, a ação social deve ser o comprometimento de todos os católicos, cada um de acordo com sua função e responsabilidade específica (Ibid., p.253-254). Assim sendo, os bispos e sacerdotes terão consciência de que sua participação melhor e mais eficaz, na pastoral social, não consiste no empenho em lutas partidárias ou em opções de

grupos ou sistemas, mas em ser animadores espirituais, educadores na fé, e guias seguros. Os religiosos, por sua vez, evitarão trocar seu carisma próprio por empenhos políticos que não sirvam a eles, nem à igreja, nem ao mundo e à sociedade.

O Papa, na presença dos bispos, deixou também uma mensagem para as Comunidades Eclesiais de Base. Nela, ele afirmou que as CEBs “podem ser um valioso instrumento de formação cristã e de penetração capilar do evangelho na sociedade” (Ibid. p.258). Mas isso só ocorrerá, segundo o Papa, à medida que as CEBs se mantiverem fiéis à sua identidade fundamental, que consiste em sua eclesialidade – dotadas de caráter eclesial e não sociológico, voltadas para o serviço da Igreja e vinculada aos pastores da Igreja –, que consiste em ser uma comunidade de amor fraterno, de serviço mútuo aos irmãos em seu interior e serviço aos outros mais necessitados. O amor vivido por uma comunidade de fé poderá tomar formas bem variadas: “em primeiro lugar, ajudar alguém a aprofundar a própria fé, depois, também em gestos de promoção humana de pessoas ou grupos (...), defesa de direitos humanos pisoteados, busca da justiça (...)” (Ibid., p.260).

### **2.1.2.3**

#### **A Palavra de João Paulo II na Região Norte**

Durante sua saudação, na catedral de Belém, no Pará, o Papa pediu aos presentes, entre outras coisas, que praticassem a justiça, priorizando aquela justiça do Reino de Deus (Cf. Mt 6,33). Ensinou – partindo de 1 Jo 3,7 – que praticar a justiça é permanecer em Cristo, não pecar, ser justo, é vencer o mal com o bem (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.223). O Papa convocou a todos para anunciar a boa nova por excelência, que é o amor de Deus, revelado em Jesus Cristo, e a alegria de termos um Salvador e de sermos chamados filhos de Deus e irmãos uns dos outros; assim se expressou: “anunciai-a em todos os ambientes propondo-a à adesão dos corações dos homens, em pleno respeito à liberdade das consciências, e estareis contribuindo para transformar a humanidade de dentro para fora” (Ibid., p.223).

Na mensagem aos índios, em Manaus, no dia dez de Julho de 1980, o Papa recordou que a Igreja, desde a descoberta do Brasil, procura anunciar o evangelho, prestando toda ajuda possível aos índios em vista da promoção humana. Ele confiou aos poderes públicos e a outros responsáveis a tarefa de garantir aos indígenas o direito de habitar a terra na paz e na serenidade, sem medo (Ibid., p.265-266).

Na homilia da missa em Manaus, no dia onze de Julho de 1980, dirigiu-se aos missionários – bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos, leigas – recordando que a verdadeira evangelização é fundamentalmente o anúncio explícito de Jesus Cristo Redentor do homem e de sua boa nova de salvação; e afirmou ainda, que a evangelização “é também a proclamação de que em e por Jesus Cristo nasce um homem novo renovado na justiça e na santidade e com homens novos deve surgir uma sociedade nova regida pelas normas das bem-aventuranças e inspirada pela caridade” (Ibid., p.270). Em outras palavras, afirmou o Papa, toda a evangelização visa “suscitar, aprofundar e consolidar a fé e, à luz da fé, tornar possível uma sociedade mais justa e fraterna” (Ibid., p.270). Sobre a ação na ordem temporal, o Papa reafirmou aos missionários: “o preço de vossa ação em favor da promoção material das pessoas não seja nem de longe a diminuição de vossa atividade estritamente religiosa. Seria um perigoso contratestemunho tanto mais grave se deixais a impressão de fazê-lo sob impulso de qualquer imperativo ideológico” (Ibid., p.271).

Em seu discurso de despedida o Papa expressou o desejo de que seu serviço apostólico pudesse contribuir para o bem da sociedade brasileira e recordou que “todo serviço ou ministério na Igreja tem sempre em vista contribuir para que a vida humana também aqui, sobre a terra, se torne sempre mais digna do homem. (...) A Palavra do Evangelho tem sempre como finalidade o bem de todas as sociedades e de todas as nações” (Ibid., p.275).

#### **2.1.2.4 A Palavra de João Paulo II na Região Sudeste**

Em Belo Horizonte, segunda cidade que visitou, na homilia da missa com participação especial dos jovens, em primeiro de Julho de 1980, o Papa exortou os

presentes, mostrando ser “urgente colocar Jesus como alicerce da existência humana” (Ibid., p.32). Recordou que o jovem começa a envelhecer perigosamente e abandona a fé cristã, quando se deixa seduzir por doutrinas que pregam a violência e o ódio, e se esquece que uma sociedade justa não se constrói sobre a injustiça; o mesmo ocorre, quando o jovem se deixa enganar pelo princípio de que ‘o fim justifica os meios’, e passa a acreditar que a única esperança para melhorar a sociedade está em promover a luta e o ódio entre os grupos sociais, assumindo a utopia de uma sociedade sem classes; ocorre ainda, quando se esquece que só o amor ensinado por Cristo é germe e princípio da única revolução que não trai o homem, da única transformação radical para ser apreciada pelo jovem (Ibid., p.34). O Papa, após afirmar que ao jovem “é indispensável saber vencer a tentação da chamada ‘sociedade de consumo’, da ambição de ter sempre mais, em vez de procurar ser sempre mais, da ambição de ter sempre mais, enquanto outros têm sempre menos” (Ibid., p.35), convidou os jovens para se atraírem pela dignidade humana e não pela ambição, pela ganância e pelo fascínio do supérfluo. Encerrou a homilia, recordando que “só o amor constrói, só o amor aproxima, só o amor faz a união dos homens na sua diversidade” (Ibid., p.35).

No Rio de Janeiro, dia primeiro de Julho de 1980, durante uma homilia, João Paulo II alertou para as graves situações em que se encontravam numerosas famílias brasileiras e para as sérias ameaças que pesavam sobre a família em geral. Algumas dessas ameaças, explicou o Papa, são de ordem social e se prendem “às condições subumanas de habitação, higiene, saúde e educação, em que se encontram milhões de famílias no interior do país e em periferias das grandes cidades, por força do desemprego ou dos salários insuficientes” (Ibid., p.40). Outras dessas ameaças são de ordem moral e se referem à desagregação da família; outras ainda são de ordem civil e se ligam à legislação permissiva e menos estimulante em relação à família; outras ameaças, por fim, são de ordem religiosa, derivadas do escasso conhecimento das dimensões sacramentais do matrimônio no plano de Deus (Ibid., p.40). Neste ponto, o Papa recordou a prioridade da pastoral familiar, já recomendada por ele na abertura da Conferência de Puebla<sup>17</sup>, e enfatizou também a contribuição que os cristãos leigos, sobretudo,

---

<sup>17</sup>A Conferência de Puebla, no México, foi convocada pelo Papa Paulo VI e confirmada por seus sucessores João Paulo I e João Paulo II, e ocorreu no ano de 1979, tendo sido a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Nela, se refletiu sobre o presente e o futuro da

poderiam oferecer para suscitar uma política social sensível e uma legislação menos nociva aos valores, reclamos e equilíbrio da família (Ibid., p.41).

Ainda no Rio de Janeiro, o Papa fez um discurso aos intelectuais, quando defendeu que fora da liberdade não pode haver cultura. A verdadeira cultura do homem é sua humanização, seu desenvolvimento integral, que envolve espírito, corpo, individualidade, sociabilidade e universalidade. Assim, a cultura não pode se desenvolver em um regime de coerção por parte do poder político ou econômico, antes, precisa ser ajudada por um e por outro. A cultura tem o fim de promover o ser do homem e proporcionar-lhe os bens necessários ao seu desenvolvimento individual e social. Todas as formas de promoção da cultura radicam-se no respeito e na promoção da liberdade. O homem culto tem o dever de propor sua cultura, mas não a pode impor. A cultura é promoção do pensar e do agir, e é também formação da consciência (Ibid., p.44-46). João Paulo II, citando a *Populorum Progressio* (35), recordou que um analfabeto é um espírito subalimentado, mas também afirmou que a promoção do conhecimento é insuficiente, quando não é acompanhada pela cultura moral; reforçou, ainda, que a elevação do homem pertence à promoção de sua humanidade e também à abertura de sua humanidade a Deus (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.47).

Em sua visita à favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, o Papa, partindo do texto evangélico das bem-aventuranças (Cf. Mt 5,1-12), afirmou que a Igreja no Brasil quer ser a Igreja dos pobres, e convidou os pobres a “fazerem tudo aquilo que é lícito para assegurar a si e aos seus tudo aquilo que é necessário à vida e à manutenção. Na pobreza é necessário conservar sobretudo a dignidade humana” (João Paulo II, *Pronunciamentos do Papa no Brasil*, 1980, p.53). Convidou os que viviam numa situação de bem-estar, e os mais ricos que viviam na abundância, e os que estavam no alto da hierarquia social pelo ter ou pelo conhecer, e os que têm poder de decisão, para que por obediência a Deus, auxiliassem na defesa dos pobres e participassem na missão da Igreja de Cristo (Ibid., p.53-55).

---

evangelização na América Latina. Muito significativo foi o discurso inaugural, feito por João Paulo II, onde se destacou, sobretudo, o tripé: a verdade sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem (Cf. TRUJILLO, A. L., *A 25 anos de distância da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla*).

Aos bispos da CELAM o Papa retomou os documentos de Medellín, Puebla e do Sínodo dos Bispos de 1971, e recordou a missão própria dos leigos: “deve-se deixar a eles o lugar que lhes compete, sobretudo na militância e liderança dos partidos políticos, ou no exercício de cargos políticos” (Ibid., p.63). Reafirmou igualmente o lugar dos pastores da Igreja: “dado que devem preocupar-se pela unidade, despojar-se-ão de toda ideologia político-partidária... Terão assim liberdade para evangelizar o político, como Cristo, a partir do Evangelho, sem partidarismo nem ideologizações” (Ibid., p.63).

No mesmo contexto, o Papa traçou o modo como a Igreja deve agir contra tudo o que se opõe ao projeto de Deus, sem com isso provocar ou aprofundar divisões, ou potencializar conflitos; para isso, quando no exercício da sua missão, a Igreja sente o dever de denunciar, ela se ajusta às normas do Evangelho e aos ditames da dignidade humana, sem servir aos interesses de sistemas políticos ou econômicos, nem às ideologias do conflito social. E assim, a Igreja, “acima de grupos ou classes sociais, denuncia a incitação a qualquer forma de violência, terrorismo, repressão, lutas de classes, guerras, com todos seus horrores” (Ibid., p.64). O Papa recordou que “não se pode opor o serviço de Deus e o serviço dos homens, o direito de Deus e o direito dos homens. (...) O melhor serviço ao irmão é a evangelização, que o dispõe a realizar-se como filho de Deus, liberta-o das injustiças e o promove integralmente” (Ibid., p.67). Recordou por fim, que:

a Igreja ‘não necessita recorrer a sistemas e ideologias para amar, defender e colaborar na libertação do homem’. Na variedade dos tratados e correntes de libertação, é indispensável distinguir entre o que implica ‘uma reta concepção cristã de libertação, em seu sentido integral e profundo como anunciou Jesus’ (Ibid., p.68-69).

A seguir, o Papa retomou a orientação e as angústias de Puebla, sobre as CEBs, e apontou para elas como sendo uma das contribuições mais originais da Igreja da América Latina. O Papa reafirmou a preocupação do magistério sobre os interesses políticos que estavam tentando manipular e separar as Comunidades Eclesiais de Base da autêntica comunhão com os bispos (Ibid., p.69).

Na homilia, por ocasião da missa de ordenação de sacerdotes, no Rio de Janeiro, o Papa recordou o pensamento da Igreja sobre a missão dos pastores ordenados, de que eles devem estar essencialmente voltados para um serviço espiritual, que consiste antes de tudo, em “ajudar as almas a descobrir o Pai, a

abrir-se para Ele e amá-lo sobre todas as coisas” (Ibid., p.84). Afirmou que não é nas ciências do comportamento humano, nem nas estatísticas socioreligiosas, mas é em Cristo e na fé que o padre deve procurar respostas para as perguntas: quem sou eu? Qual minha identidade? Que se requer de mim? (Ibid., p.78). O Papa esclareceu muito bem a sua posição sobre o perigo que representavam as tendências multiformes, que tentavam secularizar o serviço do padre, reduzindo-o a uma função meramente filantrópica. Assim ele se expressou a respeito do serviço do padre: “o seu serviço não é o do médico, do assistente social, do político ou do sindicalista” (Ibid., p.84). Quando o padre se vê obrigado a realizar algum destes serviços, a prestar uma assistência material, mediante obras de caridade ou defesa da justiça, como muito já aconteceu no passado, deve fazê-lo de forma supletiva, como um serviço secundário, que pode e deve ser realizado de modo mais adequado por outros membros da sociedade (Ibid., p.84).

Em São Paulo, no dia três de Julho de 1980, em sua homilia, numa missa em que se prestou uma homenagem ao beato José de Anchieta<sup>18</sup>, o Papa recordou que este Beato serve de modelo para os pastores e religiosos do Brasil. José de Anchieta compreendeu a mentalidade e os costumes do povo de sua época, realizou uma ação social prudente, inspirada pelo evangelho e nele enraizada, e soube estimular o crescimento, o desenvolvimento das pessoas e da comunidade civil e cristã, sem perder o foco de sua missão primordial, que era o de salvar as almas para Deus, mesmo em meio a muitas atividades (Ibid., p.89-92).

Em São Paulo, durante sua mensagem para as religiosas, João Paulo II recordou que elas devem manter um mínimo de regularidade nos costumes e na convivência fraterna, e precisam “interpretar, à luz do evangelho, a opção pelos pobres (...), sem ceder ao radicalismo sociopolítico que, mais tarde ou mais cedo, se demonstra inoportuno, produz efeitos contrários aos desejados e gera novas formas de opressão” (Ibid., p.98).

No discurso aos trabalhadores, também em São Paulo, o Papa afirmou que:

a opção pelos mais pobres (...), é essencialmente esta: que os pobres sejam evangelizados, que a Igreja desdobre de novo todas as suas energias para que Jesus Cristo seja anunciado a todos, (...) e que todos tenham acesso a esta fonte

---

<sup>18</sup> O Beato José de Anchieta, jesuíta espanhol, educado em Portugal, tornou-se famoso por causa de seu trabalho missionário com os indígenas, bem no início do processo de evangelização do Brasil, aqui chegando em 1553, logo após o descobrimento.

viva, à mesa da palavra e do pão, aos sacramentos, à comunidade dos batizados (Ibid., p.103-104).

Em seguida, o Papa recordou que a Igreja, no intuito de levar uma mensagem de paz e de justa ordem social, possui uma missão que se realiza em duas perspectivas ao mesmo tempo: “a perspectiva escatológica que considera o homem como um ser cuja destinação definitiva é Deus; e a perspectiva histórica que olha este homem em sua situação concreta, encarnado no mundo de hoje” (Ibid., p.104). Em outras palavras, segundo o Papa, quando a Igreja anuncia o Evangelho, ela procura também conseguir, sem com isso abandonar seu papel primordial de evangelização, que todos os aspectos da vida social, onde se manifesta a falta de justiça, “sofram uma transformação para a justiça. O bem comum da sociedade (*novo nome da justiça*<sup>19</sup>) requer como exigência fundamental que a sociedade seja justa! A persistência da injustiça, (...) ameaça a existência da sociedade de dentro para fora” (Ibid., p.105). De acordo com o Papa, a fórmula cristã para se criar uma sociedade justa consiste em repelir a luta de classes e optar pela luta em favor da justiça social; convocar os diversos centros do poder e os diferentes representantes da sociedade, para se unirem e coordenarem os esforços até que se chegue a um acordo sobre programas claros e eficazes (Ibid., p.105).

Continuando sua reflexão, ainda no discurso aos trabalhadores, o Papa ensinou sobre a importância da conversão pessoal, para que reine a ordem social justa: “poder-se-á mudar a estrutura política ou o sistema social, mas sem mudança no coração e na consciência, a ordem social justa e estável não será alcançada” (Ibid., p.106).

Em seguida, fazendo referência à *Rerum Novarum* de Leão XIII, o Papa exaltou o trabalho humano, e com ele o salário justo, o investimento, o direito de associação para os trabalhadores, e a união do trabalho ao mistério da salvação. O trabalho é um serviço à família e a toda a cidade; é uma disciplina na qual o homem cresce e fortalece a personalidade; o trabalho faz do homem colaborador de Deus na obra da criação. Assim, a primeira “preocupação de todos e de cada

---

<sup>19</sup> Acréscimo nosso; tirado do mesmo texto.

um, homens de governo, políticos, dirigentes de sindicatos e donos de empresa deve ser esta: dar trabalho a todos”<sup>20</sup> (Ibid., p.107).

João Paulo II concluiu este discurso aos operários, recordando que é preciso dar à economia uma lógica e um sentido humanos. E continuou afirmando que os cristãos têm o direito e o dever de contribuir para a construção da sociedade, mas:

a Igreja como tal não pretende administrar a sociedade, nem ocupar o lugar dos legítimos órgãos de deliberação e de ação. Pretende apenas servir a todos aqueles que, em qualquer nível, assumem as responsabilidades do bem comum. Seu serviço é essencialmente de ordem ética e religiosa (Ibid., p.110).

Durante sua mensagem aos religiosos, em São Paulo, no dia três de Julho de 1980, o Papa recordou que a santificação é a razão primeira pela qual um cristão se faz religioso. Para o Papa, assim como a Igreja espera do leigo o testemunho da secularidade, da presença física e da ação nas realidades temporais, ela espera do religioso a santidade e a presença espiritual nas mesmas realidades. João Paulo II acrescentou que até mesmo os leigos, para assegurarem seu chamado e vocação para estarem fisicamente presentes no mundo, têm necessidade da seiva, que lhes vem “da presença espiritual dos religiosos e sentiriam falta dela se, pela embriaguez do ‘mergulho no mundo’, os religiosos acabassem por negar à Igreja a contribuição daquilo que lhes é próprio” (Ibid., p.116). Concluindo, o Papa afirmou que seria bom que “os religiosos pudessem ajudar a Igreja a continuar presente nos mais variados campos da sua missão pastoral: educação, assistência, cuidado dos doentes, atendimento aos órfãos, exercício da caridade etc.” (Ibid., p.116).

Durante a homilia em Aparecida, no interior de São Paulo, no dia quatro de Julho de 1980, o Papa recordou que Maria, estrela da evangelização<sup>21</sup>, aponta e ilumina os caminhos do Evangelho. Recordou que a missão fundamental da Igreja

<sup>20</sup> O tema sobre o oferecimento de trabalho para todos seria desenvolvido no ano seguinte, na encíclica *Laborem exercens*, 17, na qual o Papa reflete sobre o *dador* de trabalho direto e indireto. O dador direto de trabalho, termo que pode ser aplicado aos patrões, é quem oferece o espaço para o trabalho ou o emprego. O dador indireto de trabalho, termo que pode ser aplicado ao Estado, antes de tudo, é quem determina o sistema socioeconômico de uma sociedade; sua atuação vai condicionar o comportamento do dador direto de trabalho.

<sup>21</sup> A expressão “estrela da evangelização” foi atribuída a Maria, mãe de Cristo, pelo Papa Paulo VI, no último número da *Evangelii nuntiandi* (82), onde o Papa, em tom de oração, pedia para Maria presidir a evangelização renovada, que a Igreja era chamada a fazer, do mesmo modo que ela presidiu a oração em Pentecostes.

é fazer nascer o Cristo no coração dos fiéis, pela ação do Espírito Santo, através da evangelização. A seguir, afirmou que o anúncio de Cristo, de sua mensagem de salvação, “não pode ser reduzido a um mero projeto humano de bem-estar e felicidade temporal. Tem certamente incidência na história humana coletiva e individual, mas é fundamentalmente um anúncio de libertação do pecado para a comunhão com Deus, em Jesus Cristo” (Ibid., p.126).

Ainda em Aparecida, durante uma oração a Nossa Senhora, o Papa pediu para que a Igreja, a exemplo de Cristo, fosse defensora de todos, em particular dos pobres e necessitados, dos marginalizados e espoliados. Solicitou, ainda, que a Igreja do Brasil estivesse a serviço da justiça e contribuísse para o bem comum e para a paz social (Ibid., p.130).

#### **2.1.2.5**

#### **A Palavra de João Paulo II na Região Sul**

Em Porto Alegre, no dia quatro de Julho de 1980, no seu pronunciamento durante o encontro ecumênico, o Papa recordou a importante colaboração entre os cristãos em favor e na defesa da vigência dos direitos humanos (Ibid., p.142). Durante a homilia, manifestou sua preocupação com a educação católica, com a catequese, como tarefa fundamental da Igreja e como forma de se dar sentido a tudo o que constitui a vida do homem em seu tempo (Ibid., p.145-147).

Em Curitiba, numa homilia, o Papa elogiou a hospitalidade do Brasil e explicitou sua alegria por estar em um país que é capaz de acolher e viver em concórdia com todas as outras raças. Depois do elogio, o Papa pediu a Deus que a integração racial, presente em terras brasileiras, nunca diminuísse, mas crescesse: “que nesta fraternidade entre os vários povos não falte uma especial solidariedade com vossos irmãos indígenas. Que haja ainda entre vós abertura para acolher muitos outros grupos humanos necessitados de uma nova pátria porque privados das suas” (Ibid., p.170).

Como palavras conclusivas, sobre todas as homilias, discursos e mensagens, durante toda viagem ao Brasil em 1980, pode-se dizer que o Papa João Paulo II apresentou as grandes linhas da missão da Igreja no campo social e mostrou o papel da mesma em relação ao Estado. Suas palavras visaram demarcar

uma linha de ação nítida entre o engajamento da Igreja, nas questões sociais, e a sua missão primeira, que é espiritual, religiosa e moral (PUBLIFOLHA, 2003, p.77).

## 2.2

### **Escala do Papa no Rio De Janeiro por ocasião da visita pastoral a Argentina em 1982**

#### 2.2.1

##### **Breve “Visita” do Papa ao Brasil: o Discurso do dia onze de Junho de 1982**

No dia onze de Junho de 1982, João Paulo II fez uma escala técnica, no aeroporto do Rio de Janeiro, em sua viagem pastoral à Argentina<sup>22</sup>. Na ocasião, o Papa discursou para autoridades religiosas e civis, e outros que se fizeram presentes para recepcioná-lo.

No seu discurso, o Papa recordou com grata satisfação sua viagem ao Brasil em 1980. Referiu-se à paz como alicerce de todos os bens e como “fruto de uma educação constante, fundada na verdade, respeitadora da liberdade e dom de Deus confiado aos homens” (João Paulo II, *Discurso no aeroporto do Rio de Janeiro*, 1982, n.1). Reafirmou que aquela visita ao Brasil, em 1980, foi marcada por um “caráter pastoral e eclesial, sem nenhuma intencionalidade política” (Ibid., n.2); mas teve também como objetivo encorajar tudo o que aqui se fazia no sentido de promover a paz (Ibid., n.2).

O Papa referiu-se à guerra no Atlântico Sul, em pleno andamento, nas ilhas Malvinas/Falkland, envolvendo a Argentina e o Reino Unido, e terminando com a vitória do Reino Unido e com a morte de seiscentos e quarenta e nove argentinos e duzentos e cinquenta e oito britânicos. O Papa convidou a nação brasileira a “trabalhar e crescer em solidariedade pela paz universal; (...) a elevar a Deus preces instantes pela paz, em união com o Papa (...): paz nos espíritos, paz

---

<sup>22</sup> Esta visita a Argentina entrou para a história como uma viagem preparada às pressas. A Argentina estava em guerra contra a Inglaterra, e o Papa tinha uma viagem programada anteriormente para a Grã-Bretanha, ao cumprir sua agenda, o governo argentino reclamou e, em menos de oito dias, foi organizada uma visita também a este país. A visita foi rápida, mas eficaz no que se refere a acalmar os ânimos que impulsionavam a guerra (Cf. DZIWISZ, S.; SVIDERCOSCHI, G. F., *Uma vida com Karol*, p.108).

na convivência entre os homens e paz entre os povos na grande família humana” (Ibid., n.3).

Por fim, João Paulo II renovou os votos de prosperidade para o povo brasileiro, e fez uma oração para que ela fosse alcançada sem sombras sinistras de violência e sempre marcada pelo respeito à vida, pelo sentido da justiça e da concórdia, e em serviço à causa da paz internacional (Ibid., n.3).

## 2.3

### A Visita *Ad Limina* dos Bispos do Brasil ao Papa em 1985/1986

Em 1985, o Papa João Paulo II já era bastante conhecido, dentro e fora da Igreja Católica, como um Papa que arrebanhava multidões, que tinha facilidade para conversar com as massas populares, como ficava claro em suas visitas apostólicas. Um Papa que havia imposto a si mesmo uma vida missionária. Um líder religioso que criticava o comunismo e o capitalismo. Um homem firme nos posicionamentos. Um Papa que incomodava alguns de seus ouvintes, e talvez, por isso, já havia até sofrido um atentado.

Para os críticos do papado, tratava-se de um pontífice de tendência centralizadora do poder; um Papa que assumia posição mais favorável aos conservadores ou ortodoxos no interior da Igreja Católica; um Papa que parecia ter uma estratégia para frear o avanço da Teologia da Libertação<sup>23</sup> no Brasil e na

---

<sup>23</sup> O episódio mais conhecido sobre a Teologia da Libertação no Brasil é o caso do Frei Leonardo Boff. José Oscar BEOZZO (*A Igreja do Brasil*, p.238-239) recorda que, desde 1975, a Teologia da Libertação vinha enfrentando atritos com alguns responsáveis pelo CELAM, aliados a grupos de teólogos europeus. Puebla não foi suficiente para dirimir os desencontros, mas, a partir deste evento, de Roma vieram orientações para que fossem criadas, em cada país, comissões episcopais de doutrina, para auxiliar na vigilância sobre o pensamento teológico. No Brasil, Frei Leonardo Boff foi convidado pela *Congregação para a Doutrina da Fé*, no dia 16 de julho de 1984, a ir a Roma para um colóquio sobre sua teologia. Depois de uma série de tentativas de diálogo com Roma sobre o caso, que envolveu praticamente todos os escalões da Igreja no Brasil, Boff foi notificado pela *Sagrada Congregação* que suas posições teológicas, expressas no livro *Igreja: Carisma e Poder*, eram perigosas para a *sã doutrina da fé*. O Frei acatou a notificação. No dia 26 de abril de 1985, as Sagradas Congregações para a Doutrina da Fé e para os Religiosos e Institutos Seculares enviaram uma carta para o Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores, na qual determinavam para o Frei Leonardo Boff um período de obsequioso silêncio, de abstenção em suas atividades junto à revista REB, e de suas atividades como conferencista e escritor. No dia primeiro de maio de 1985, o Geral dos Frades Menores no Brasil informou as Congregações que ele já havia conversado com o Frei e que ele havia acolhido as determinações com espírito religioso (Cf. MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, *Roma locuta*, p.65-67; p.132-140). Conferir, ainda, sobre o mesmo episódio (BERNSTEIN, C. & POLITI, M., *Sua santidade*, p.416-421).

América Latina, sobretudo; um Papa que, em todos os pontos de abrangência do seu ministério Pontifício, deixava sobressair a ortodoxia e a disciplina eclesiásticas<sup>24</sup>.

Ainda para alguns críticos do pontificado de João Paulo II era certo que estava em andamento, na década de 1980, uma restauração na Igreja Católica. O primeiro grande sinal deste novo tempo fora a própria eleição surpreendente de Karol Wojtyła, um cardeal polonês. As visitas do Papa aos diferentes países do mundo também apontavam para o novo momento eclesial. Mas, como bem expressou Della Cava (1990, p.903-907), quatro fatores, de fato, delimitavam a restauração: fortalecimento da autoridade do Papa, fortalecimento da cúria romana, apoio e encorajamento para a expansão dos novos movimentos, e uma nova geopolítica para a ordem mundial em processo de mudança. Aos poucos, com suas viagens e com seus posicionamentos firmes nos encontros colegiais dos bispos, o Papa se impunha como um porta-voz universal de Deus. O fortalecimento da Cúria Romana sobre as igrejas locais ocorria aliado ao aumento de poder dos conservadores em seu seio<sup>25</sup>. A Opus Dei – um instituto reservado e conservador do laicato católico, fundado na Espanha, em 1930, e ativo em dezenas de países na década de 1980 –, foi assumida como prelaia pessoal do Papa, em 1982, o que lhe dava direito de atuar no mundo inteiro, até mesmo sem a licença do bispo local. A nova geopolítica apresentava a Igreja Católica, em seu relacionamento com a ordem mundial, não mais como um Estado do Vaticano, que quer se relacionar com outros Estados, mas como uma grande unidade cultural mundial, como uma cristandade católica com interesses em refazer a Europa cristã e de frear a influência da numerosa Igreja latinoamericana (Ibid., p.903-917).

Outras indicações críticas sobre o pontificado de João Paulo II, a respeito da restauração em andamento na Igreja Católica, em meados da década de 1980, eram as seguintes: o Papa havia interferido na Ordem da Companhia de Jesus, dos Jesuítas, a qual parecia estar relegando a um segundo plano sua missão nas

---

<sup>24</sup> Para compreender outras matizes deste assunto, vale a pena conferir: GIANANTI, G., *Jhon Paul II: 1920-2005*; CORNWELL, J., *A face oculta do pontificado de João Paulo II*; LIBÂNIO, J. B., *A volta à grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*; DELLA CAVA, R., *Política do Vaticano 1978-1990*.

<sup>25</sup> A respeito disso, Della Cava (Cf. *Política do Vaticano 1978-1990*) cita as nomeações do Cardeal Ratzinger para Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, e do Cardeal Bernardin Gantin para a Congregação dos Bispos.

escolas, para abraçar causas missionárias, e nomeou um padre conservador para ser o Geral da Ordem. Embora buscasse ser fiel ao espírito do Concílio Vaticano II, segundo alguns críticos, o Papa foi se revelando mais autoritário do que colegial, nos começos da década de 1980, o que poderia ocasionar prejuízos para as igrejas locais; o Papa nomeava bispos quase sempre de tendência marcadamente conservadora; a publicação do novo Código de Direito Canônico, em 1983, foi outro sinal desse novo tempo (Cornwell, 2005, p.112-118). Foi nesse clima que aconteceu a visita *ad limina* dos bispos brasileiros em 1985-1986.

### **2.3.1**

#### **A Igreja Católica no Brasil de 1980 a 1985**

##### **2.3.1.1**

##### **Temas Principais do Ensino Social**

Durante o período de 1980 a 1985, a CNBB estava muito empenhada com as questões da terra, ou seja, com a propriedade da terra no solo rural e urbano<sup>26</sup>.

Quanto ao solo rural, os bispos alertavam, em tom de denúncia, sobre a concentração da propriedade da terra rural nas mãos de poucos, sobre o estrangulamento da agricultura familiar, sobre as políticas rurais do governo, que facilitavam a vida das grandes empresas agropecuárias e obrigavam muitos trabalhadores rurais a deixarem o campo e se dirigirem para a cidade pela falta de terra ou trabalho, e sobre a invasão das terras indígenas e a violência crescente no campo (CNBB, Doc.17, 1980, n.8-31). Os bispos alertavam ainda que, na mesma proporção em que os bens da terra – propriedade, capital, etc. - estavam se acumulando nas mãos de poucos, concentrava-se também o poder político nas mãos de um pequeno grupo (Ibid., n.38-39). No mesmo documento, a Igreja no Brasil recordava, de acordo com Gn 1,23-30, que a terra é dom de Deus para todos os homens, para que a submetam e dela tirem o seu sustento (Ibid., n.61). A partir desse princípio, afirmava ser carente de fundamento moral a existência da terra de exploração ou terra de negócio, de que o capital se apropria com o

---

<sup>26</sup> Isso pode ser percebido pela publicação de dois documentos importantes: Cf. CNBB, Doc.17, *Igreja e problemas da terra*; CNBB, Doc.23, *Solo urbano e ação pastoral*.

Interesse de obter lucro, seja pela especulação seja pela exploração do trabalho alheio; afirmava possuírem fundamento moral a terra de produção e a terra de trabalho, ou seja, terra onde todos os direitos trabalhistas são respeitados e terra possuída por aqueles que trabalham nela (Ibid., n.84-85). Em razão disso, dava-se a entender que os bispos estivessem comprometidos com a denúncia das injustiças e da violência no campo, com o apoio às organizações dos trabalhadores e com o incentivo à luta pela autêntica reforma agrária (Ibid., n.96-99).

No que tange ao solo urbano, os bispos no Brasil alertavam para o grande crescimento das cidades, impulsionado, sobremaneira, pelo processo de êxodo rural, acompanhado pela rápida valorização do solo urbano, fruto da especulação imobiliária (CNBB, Doc.23, n.13-35). Os bispos reconheciam as iniciativas do Estado, na criação de leis e projetos para o setor, mas denunciavam a falta de controle efetivo e a lentidão e a omissão do poder público, diante do desenvolvimento urbano, marcado, visivelmente, pela especulação imobiliária, pelas irregularidades, pela clandestinidade, e pela desorganização (Ibid., n.42-43). Os bispos falavam, em tom de denúncia, sobre obstáculos, de natureza sociopolítica, para a solução dos males urbanos. Se os graves problemas urbanos permanecem sem solução, diziam os bispos, é porque alguém está se beneficiando disso ou não acha conveniente resolver tal situação, visto que a solução libertaria os mais pobres da dependência politicopartidária em períodos eleitorais (Ibid., n.95-98). Denunciavam também os obstáculos de natureza sociojurídica, afirmando que a “legislação que regula a posse e uso do solo urbano revela uma profunda inadequação à realidade atual, inadequação baseada numa superada concepção do direito de propriedade, numa concepção privatista de um direito absoluto, sem nenhuma responsabilidade social” (Ibid., n.100). Para os bispos, as cidades se encontravam em estado de pecado social, e para solucionar isso era preciso conscientizar todo o povo sobre a gravidade deste problema (Ibid., n.158).

Outros temas bem explorados pelo magistério social no Brasil, entre 1980 e 1985, foram a imigração, a conjuntura política e a pobreza, sobretudo, a pobreza no Nordeste brasileiro<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Sobre estes assuntos: Cf. CNBB, *Campanha da Fraternidade 1980: Migrações: para onde vais?*; CNBB, Doc.22, *Reflexão cristã sobre a comunidade política*; CNBB, Doc.31, *Nordeste – desafio à missão da igreja no Brasil*.

Quanto à conjuntura política, a CNBB, através de seu Conselho Permanente, em 1981, manifestou sua alegria pela flexibilidade política que dava também esperança de mudanças nas opções econômicas e no alto preço social do desenvolvimento brasileiro (CNBB, Doc.22, 1981, n.1); elogiou o compromisso do governo brasileiro com a redemocratização do Estado e, conseqüentemente, elogiou a democracia como sendo um sistema capaz de assegurar as liberdades políticas e de contribuir para que as massas mais pobres alcancem uma vida mais digna, na qual se inclui o direito de participar das decisões do poder público (Ibid., n.19-24).

A respeito da pobreza, os bispos advertiam que o problema fundamental do Nordeste brasileiro não era a terra seca, irrigada, às vezes, pela chuva, mas o empobrecimento crescente de sua população, fruto de uma injustiça estrutural sem tréguas (CNBB, Doc.31, n.1). Uma prova disso era a seguinte: os trabalhadores nordestinos das regiões chuvosas do Maranhão e das regiões úmidas do Pernambuco eram tão pobres, doentes e desnutridos quanto os trabalhadores do semi-árido (Ibid., n.16). Em clima de alerta e denúncia, os bispos deixavam claro, na sua palavra, que não falavam como técnicos, mas como pastores que ouviam o lamento do povo e queriam contribuir, a seu modo, para a solução dos problemas do povo, através da formação de uma consciência crítica sobre os problemas do Nordeste (Ibid., n.6). Os bispos alertavam que as causas da miséria no Nordeste brasileiro deviam ser procuradas, antes de tudo, na história socioeconômica e política do Brasil. O Nordeste seco e pobre era, acima de tudo, uma produção política. No período colonial, enquanto perdurou o açúcar, como o principal produto de exportação, o Nordeste estava mais vinculado ao exterior que ao Brasil. Quando o açúcar perdeu seu lugar para o café, e depois, quando ocorreu a industrialização no Centro-Sul do Brasil, o Nordeste passou a ser mero fornecedor de matérias-primas e de mão-de-obra barata, esvaziando-se economicamente e trocando sua dependência colonial externa por uma dependência de mesmo perfil, mas agora interna (Ibid., n.24-27).

### 2.3.1.2 Relacionamento com o Estado brasileiro

A Igreja no Brasil viveu, entre 1980 a 1985, um momento bastante significativo e transformador em sua história. No âmbito externo, no campo sociopolítico-econômico, o cenário era de abertura política. No espaço interno, eclesial-hierárquico, o pêndulo, estava oscilando para o lado mais tradicional e ortodoxo, sobretudo, aquele de reafirmação doutrinária.

No âmbito externo, o momento era de mudança na política. O General João Batista Figueiredo, então Presidente da República, tinha assumido o governo em 1979, para governar até 1985, com a intenção de facilitar um futuro governo civil democrático. As dificuldades econômicas, como dívidas e inflação, eram grandes. No campo da política, a situação também não era tranquila e o governo utilizava muitas estratégias para manter a própria imagem, o mesmo ocorria com todos os partidos então existentes. A sociedade vivia na esperança e na expectativa. A ditadura militar, enfim, estava saindo de cena e os ventos da democracia estavam de volta (INPa, 2003, p.195-207). Isso facilitava a vida eclesial, mas também abria espaço para várias possibilidades novas no campo do laicato.

No Brasil, depois de 1964, fortaleceu-se, no interior da Igreja Católica, um setor chamado por alguns críticos de progressista. Neste setor, havia bispos, padres, religiosos e leigos, que iniciando por uma pastoral popular, atingiram o que chamavam de igreja popular<sup>28</sup>.

No início dos anos oitenta, existiam no interior da Igreja Católica no Brasil, líderes, que tinham vindo para cá motivados pelo apoio que haviam recebido da Igreja durante as dificuldades do regime militar. Outra motivação pode ter sido o fato de que a Igreja Católica tinha sido a instituição que mais havia sobressaído na defesa dos direitos humanos e na luta pela volta do estado de

---

<sup>28</sup> A terminologia *igreja popular* vem sendo usada por cientistas sociais e teólogos, com linha de reflexão menos ortodoxa, para designar os setores “que têm uma visão política progressista da missão da Igreja. Essa visão política está expressa nas concepções teológicas e no trabalho pastoral junto às classes populares (camponeses, operários e população urbana de baixa renda). Em geral, os intelectuais envolvidos na proposta da Igreja popular estão comprometidos com uma transformação social radical” (MAINWARING, S., *Igreja Católica e política no Brasil*, p.10).

direito, num tempo em que, limitada e até mutilada pela ditadura militar, a sociedade civil tinha ficado desarticulada (Tangerino, 1997, p.91-129).

Agora, nos primeiros anos da década de 1980, com os acenos da democracia, ficava a pergunta: quem continuaria sua luta por um Brasil melhor, dentro da Igreja Católica? Todavia, já se constatava que, no âmbito político, a influência da igreja popular estava em declínio (Mainwaring, 2004, p.262).

No período entre 1985 e 1986, com o fim da ditadura militar e a volta da democracia, consolidadas com a subida de José Sarney à Presidência da República, a Igreja Católica estava diante de uma nova missão relacional. Um dos primeiros atos do novo presidente foi a publicação de uma lista de condecorados, entre os quais, vários bispos da CNBB. E agora? O que os bispos fariam? Aceitavam ou não a homenagem? (INPa, 2003, p.509).

No seu ambiente interno, a Igreja Católica no Brasil vivia um momento desafiador. Desde que o Papa João Paulo II havia assumido o Pontificado e visitado o Brasil, em 1980, a sensação era de uma constante volta da Igreja para o posicionamento mais tradicional de sua missão. Isso significava retirada de apoio, o que às vezes até soava como desaprovação, para o setor mais progressista da Igreja, mais envolvido com questões temporais de promoção humana (Tangerino, 1997, p.91-129). Esse setor estava à frente da CNBB com Dom Ivo Lorscheider e Dom Luciano Mendes de Almeida. Continuava em andamento a inserção da Igreja nos meios populares através dos leigos e religiosos (INPa, p.308).

“A partir de 1982, com a publicação da revista *Communio* no Brasil, tem início uma maior articulação e divulgação do pensamento problematizante em relação à Teologia da Libertação no país” (Andrade, 1991, p.96). Alguns teólogos latinoamericanos já haviam aprofundado as reflexões sobre a dimensão política como central na práxis libertadora (Rúbio, 1983, p.79-84), o que iluminava a práxis das lideranças da igreja popular. O próprio lema do XI Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Aparecida-SP, em Julho de 1985, “pão para quem tem fome”, sinalizava para o clima ainda reinante na Igreja Católica no Brasil (CNBB, *Comunicado*, 31/07/1985, p.774-777).

Um dos teólogos mais expressivos do pensamento progressista, Frei Leonardo Boff, foi questionado (CNBB, 31/03/1985, p.119-125) e levado ao *silêncio* pela Santa Sé. A publicação pela Congregação para a Doutrina da Fé de uma *instrução sobre a Teologia da Libertação*, em seis de agosto de 1984,

seguida da *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*, em vinte e dois de Março de 1986<sup>29</sup>, retratava bem o clima vivido pela Igreja no Brasil naquele momento histórico.

Consultada pela Nunciatura Apostólica, a CNBB fez, no final de 1984, algumas sugestões para elaboração da *Instrução sobre a liberdade cristã e libertação*, e definiu o mesmo tema como assunto principal para XXIII Assembléia Geral do episcopado brasileiro a ser realizada em 1985 (CNBB, *Comunicado*, 30/11/1984, p.1072; p.1109; p.1129-1130). As duas publicações da Congregação para a Doutrina da Fé, sem negar as implicações políticas da fé cristã, mostraram, ao menos nas entrelinhas, o perigo de redução da mensagem cristã da redenção a uma simples libertação sociopolítica dos pobres (Rollet, 2001, p.148-150).

O engajamento político dos leigos também trazia dificuldades para bispos e padres na primeira metade da década de 1980. E agora? Perguntavam padres e bispos: convém o leigo filiado e militante em um partido político continuar exercendo seu ministério em uma pastoral ou movimento da Igreja Católica? Alguns bispos aceitavam e outros não, e o mesmo acontecia entre os padres<sup>30</sup>.

### **2.3.1.3 Diretrizes Gerais da Ação Pastoral**

Em 1985/1986, a Igreja Católica no Brasil já estava mais amadurecida na tradição de organizar sua pastoral a partir de Diretrizes elaboradas pela CNBB. Serve como sinal disso o fato de as Diretrizes da Ação Pastoral no Brasil, entre 1983 e 1986, trazerem, em relação às diretrizes anteriores (1979-1982), algumas inovações nos objetivos e nas linhas ou dimensões.

As diretrizes de 1979-1982 apresentavam como objetivos: evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral, numa crescente participação e comunhão, visando à construção

---

<sup>29</sup> Citaremos estes dois documentos da Congregação Para a Doutrina da Fé, neste trabalho, através de suas formas em latim: *Libertatis nuntius* (para significar as Instruções sobre alguns aspectos da teologia da libertação) e *Libertatis conscientia* (para significar a Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação).

<sup>30</sup> Uma referência bibliográfica muito boa e sintética para o entendimento do *status* dessa questão, no início da década de 1980, no Brasil é GALLETA, R. et al (Cols.), *Pastoral popular e política partidária*.

de uma sociedade fraterna, anunciando assim o reino definitivo (CNBB, Doc.15, 1979, n.7). As diretrizes de 1983-1986 (CNBB, Doc.28, 1983, n.14-74) acentuaram algumas alterações nos objetivos que, além de apontar maior cuidado teológico e melhor consciência da realidade, alteravam sua ênfase e seus fins: evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação *socioeconômica e cultural*, a partir *da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem*, à luz da opção *preferencial* pelos pobres, pela libertação integral *do homem*, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade *justa e fraterna*, anunciando assim o Reino definitivo. Note-se a ênfase que recai sobre a *verdade e a justiça*. Não se busca apenas evangelizar, mas pretende-se anunciar a *verdade* da fé cristã do modo mais abrangente possível. Não se busca qualquer fraternidade, mas uma fraternidade que exige a prática da justiça, de modo preferencial, em favor dos mais pobres.

As seis linhas ou dimensões adotadas pelas diretrizes de 1979-1982 (CNBB, doc.15, 1979, n.58-97) eram a unidade visível da Igreja, a ação e a animação missionária, a catequese, a liturgia, o ecumenismo e o diálogo religioso, a presença da Igreja no mundo. Nas diretrizes de 1983-1986, as linhas passaram por pequenas alterações e foram assim definidas: comunitária e participativa, missionária, catequética, litúrgica, ecumênica e de diálogo religioso, profética e transformadora (CNBB, Doc.28, 1983, n.81-87). Com esta redação, ganharam maior ênfase algumas categorias teológicas como comunhão, participação, profecia e transformação. Com as diretrizes de 1983-1986, ficou mais claro que o caminho de unidade da Igreja passa pela comunhão e participação, e que a presença da Igreja no mundo devia ser profética e transformadora. A explanação sobre cada uma das linhas foi feita de forma muito mais ampla do que a exposição anterior, tornando mais clara a abrangência dos conceitos centrais das diretrizes.

Ao lado das Diretrizes de ação, outros documentos da CNBB davam sinais de amadurecimento teológico, sobre a missão da Igreja no Brasil. A esse respeito, basta recordar dois documentos publicados no final da década de 1980: *Igreja comunhão e missão* (CNBB, Doc.40, 1988); *exigências éticas da ordem democrática* (CNBB, Doc.42, 1989).

### 2.3.2

#### A palavra de João Paulo II aos Bispos do Brasil em 1985 e 1986

Neste item, encontram-se os elementos do magistério social do Papa João Paulo II, presentes nos discursos ou mensagens proferidos aos bispos do Brasil, em visita *ad limina apostolorum* nos anos de 1985 e 1986. A ordem escolhida não é a cronológica, conforme a data em que se realizou a visita de cada regional, mas a ordem das regiões do território brasileiro.

#### 2.3.2.1

##### O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Centro-Oeste

No dia 24 de Junho de mil novecentos e oitenta e cinco, ocorreu o encontro conclusivo do Papa com os bispos dos regionais Centro-Oeste – Goiás e Distrito Federal – extremo-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A mensagem que João Paulo II dirigiu aos bispos, nesta ocasião, é uma das mais densas de conteúdo na linha do Magistério Social, se comparada à alguma das outras mensagens dirigidas aos outros regionais da CNBB, durante as mesmas visitas *ad limina* em 1985-1986. O tema central da mensagem foi *Princípios éticos para reformas sociais*.

De início, o Papa explicou que alguns dos problemas das regiões confiadas aos bispos, presentes naquela visita, eram problemas comuns a toda a Igreja (João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1986, p.25). A partir desse intróito, o Papa insistiu na necessidade de comunhão e unidade com toda a Igreja, para o crescimento eclesial e o enfrentamento dos mesmos problemas. O Papa apresentou os desafios pastorais daqueles bispos, referindo-se aos três problemas sociorreligiosos mais peculiares por eles enfrentados:

deslocações maciças e contínuas das populações e o seu aumento, em forçosas migrações, na busca de superar carências ou de encontrar melhores condições de vida; (...) perda gradual do senso religioso, acompanhada da ausência de escrúpulos em plano moral, que não poupa o santuário da família e não se detém diante de fronteiras impostas pelos direitos humanos fundamentais; (...) conluio entre o ter e o poder, com menosprezo do ser. Sucede a concentração dos bens e da força nas mãos de poucos, em contraste com a “miséria imerecida” de muitos, que dá azo a novas áreas de colonização (Ibid., p.27).

As deslocções das populações, segundo o Papa, acarretam o problema da integraão das pessoas; problema mais crítico, sobretudo, para os que são mais vulneráveis sob o aspecto físico, psíquico, profissional e religioso. A diminuição da importância ou a perda gradual do senso religioso, e a ausência de escrúpulos morais, fazem com que se desencadeiem forças instintivas latentes gerando situações conflituosas. A mentalidade de conluio entre o ter e o poder, por sua vez, ocasiona, muitas vezes, o agravamento das desigualdades e até o desprezo pelos pobres. A Igreja não pode deter-se na simples consideração dos fatos e na lamentação nem esconder-se no medo, mas deve assumir a missão de remediar as causas espirituais de tudo isso: falta de fé e de solidez na adesão a Cristo, falta de formação religiosa e, quem sabe, até de fidelidade eclesial; não pode cair na tentação de silenciar, postergar ou recusar Deus, em nome de uma humanidade, vista, talvez, sem abertura à transcendência e de maneira incompleta; de acordo com o Papa, eram louváveis as iniciativas da Igreja nos campos da pastoral social e da terra, do menor, da saúde e das periferias urbanas (Ibid., p.27).

O Papa referiu-se à opção preferencial pelos pobres, e recordou que a ordem social e seu progresso devem reverter sempre em proveito da pessoa humana, de cada homem e de todos os homens, e que a Igreja quer ser Igreja dos pobres, permanecendo, no entanto, Igreja de todos para dispensar o mistério da redenção a todos. A Igreja não pode ser de uma classe, clã ou partido. Reafirmou aquela parte do discurso feito na favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, em 1980, segundo a qual a Igreja deve ser a “Igreja das ‘bem-aventuranças’, que não quer suscitar tensões nem agravar conflitos, nem fazer explodir a luta violenta entre os homens” (Ibid., p.28). João Paulo II ensinou que o Vaticano II e Puebla forneceram princípios básicos para a ação pastoral e a renovação espiritual. Acontece, porém, que por vários motivos, tais como o conhecimento superficial destes acontecimentos eclesiais, a releitura ideológica de sua mensagem, e as aplicações imediatistas de suas normas (Ibid., p.28), “surgem posições que enganam, dividem e desorientam, quanto à realidade e à função da Igreja: ser (...) sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (*Lumen gentium*, 1). A ordem social tem que se desenvolver alicerçada na verdade, enraizada na justiça e vivificada pelo amor, devendo encontrar um

equilíbrio cada vez mais humano na liberdade. Para que isso ocorra, continuou o Papa, é preciso:

ao mesmo tempo, profunda renovação das mentalidades e corajosa aplicação de amplas reformas sociais. Não é missão da Igreja impor estas reformas sociais ou indicar as modalidades contingentes de sua realização. Seu papel é explicitar os princípios éticos que devem inspirar essas reformas; papel que incide prevalentemente na renovação das mentalidades e na conversão dos espíritos, das vontades e dos corações. Fruto dessa conversão será a reconciliação (João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1986, p.25).

Em outras palavras, a evangelização autêntica e eficaz, iluminada pelo binômio amor e misericórdia, deverá ser capaz de conduzir as pessoas à conversão e à reconciliação.

### 2.3.2.2

#### O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Nordeste

Os bispos do Ceará, do Maranhão e do Piauí, concluíram a visita *ad limina* no dia dezesseis de Setembro de 1985. Na sua mensagem, o Papa recordou sua viagem ao Brasil, em 1980, e afirmou que os bispos daqueles regionais eram pastores sacrificados que assumiam no cotidiano as angústias e as esperanças de uma das parcelas mais pobres do povo brasileiro, que eles enfrentavam desafios e problemas antigos e quase endêmicos em suas atividades pastorais (Ibid., p.31-32). Nesse contexto, o Papa lançou duas perguntas (Ibid., p.33):

Como evangelizar populações imensas, tão pobres, e compartilhar as angústias nascidas de sua pobreza (...)? Como edificar a Igreja, com a característica que a distingue de 'sinal e salvaguarda da dimensão transcendente da pessoa humana' e promotora de sua dignidade integral (...) quando a sua pobreza não é, muitas vezes, etapa casual de situações inelutáveis em consequência de fatores naturais, mas também produto de determinadas estruturas econômicas, sociais e políticas?

A seguir, João Paulo II ensinou que os povos precisam da solidariedade para progredir de modo gradual e eficaz, e para chegar à indispensável e duradoura transformação das estruturas da vida econômica. Mas isso exige a intervenção de uma verdadeira conversão das mentes, das vontades e dos corações, que faça desaparecer o conflito da liberdade com o instinto do interesse individual ou coletivo, ou também com o instinto de luta e domínio, de

qualquer cor ideológica. Logo, a Igreja, se quiser melhorar a convivência humana, precisa apresentar o amor como fonte da solidariedade, e apresentá-lo à luz do amor que é Deus, do amor revelado em Jesus Cristo (Ibid., p.34).

O Papa enfatizou que os relatórios dos bispos mostravam que, em suas dioceses, eles eram procurados pelos fiéis para tudo: ajuda econômica e material, “emprego, transferência, melhoria de situação e de salário, internamento no hospital, matrícula na escola, filho desorientado, pessoa idosa que se torna peso, pedido de intervenção, assuntos burocráticos pendentes” (Ibid., p.34-35). Trata-se de um povo que quer sobreviver em plano pessoal, social e familiar. Diante disso, o Papa recordou que o serviço do pobre é a medida privilegiada, não exclusiva, do seguimento de Cristo. Mas, “o melhor serviço a prestar ao pobre é a evangelização (...). Isso o dispõe a realizar-se como filho de Deus e o promove integralmente. (...) Leva-o à autêntica e total libertação” (Ibid., p.35). Aqui o Papa faz referência a seu antecessor, Paulo VI (*Evangelii nuntiandi*, 26).

Na mesma mensagem, o Sumo Pontífice traçou algumas linhas de compreensão que caracterizam os pobres a serem evangelizados: suas necessidades reais, o fato de nunca serem ouvidos e de serem sempre obrigados a escutar os outros, abandono à própria sorte, carência de experiência, de orientação e de perspectivas no caso da juventude; o fato de serem dominados pelo desamor e pelo ódio, ficando distanciados de Deus, que é amor e verdade (João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1986, p.35-36).

O Papa completou sua mensagem, afirmando que as ações caritativas da Igreja, embora sendo uma gota d’água no oceano, continuam tendo amplo espaço e um lugar insubstituível, em subsidiariedade e coordenação com as providências oficiais. O povo cristão seria infiel a Cristo, se não ajudasse os sofredores. A Igreja quebraria uma tradição ininterrupta, se deixasse de exercitar a caridade em forma de assistência concreta aos pobres. No cumprimento de tudo isso, deixou claro o Papa, não se pode esquecer a ordem das prioridades (Cf. Mt 6,33): buscar em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça (João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1986, p.36-37).

A visita dos bispos dos Estados de Alagoas, da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Sergipe, concluiu-se no dia trinta de Setembro de mil novecentos e oitenta e cinco. Em sua mensagem, o Papa recordou as responsabilidades dos pastores: ser edificadores da comunidade

eclesial, anunciadores da Palavra, pais espirituais, pastores, guias, mestres de oração e santificadores do povo de Deus (Ibid., p.41-42). Partindo destas recordações, João Paulo II ensinou que, na fidelidade à sua missão primeira, espiritual e religiosa (*Gaudium et spes*, n.42), a Igreja não pode deixar de ser solícita diante de outros sérios problemas que afligem o homem, tais como “o drama do subdesenvolvimento e da marginalização com suas várias faces esquálidas: subnutrição quando não o espectro da fome, enfermidades, mortalidade infantil, etc.” (João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1986, p.42).

Nesta tarefa na ordem temporal, a Igreja sabe que “não existe possibilidade nem chances de desenvolvimento, de integração social (...) nem de autêntica libertação, se não se começa por eliminar o analfabetismo, dar instrução, educação de base, cultura” (Ibid., p.43). A verdadeira reforma de estruturas só se opera, e a nova ordem social só é criada se se realiza a genuína libertação com os analfabetos. A alfabetização deve estar a serviço da liberdade, ou seja, deve ter por finalidade única a cultura e o desenvolvimento integral do homem alfabetizado, sem levá-lo à uma sujeição ideológica ou a um esquema mental sociopolítico, que seria uma outra escravidão, talvez até muito pior do que o analfabetismo, se dotada de um matiz de libertação plena. Um homem que aprende a ler e a escrever conhece melhor os próprios direitos e deveres, sente o desejo de participar, começa a se pôr de pé, começa a realizar a própria libertação, não a que lhe querem impor, mas a que lhe convém (Ibid., p.43).

A esta altura da mensagem, o Papa reafirmou que, no desejo de participar do progresso material, moral e espiritual do país, não é função dos bispos propor soluções técnicas ou alternativas politicompartidárias, mas é seu direito-dever oferecer uma contribuição profundamente humana, como é a da alfabetização. Diante das graves necessidades brasileiras, os bispos devem, no entanto, assumir a tarefa de estudar e dar sugestões e a melhor colaboração a outras instâncias interessadas na alfabetização e na educação de base (Ibid., p.44).

### 2.3.2.3

#### O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Norte

A conclusão da visita *ad limina* dos bispos dos Estados do Amazonas, do Pará e de Rondônia, aconteceu no dia vinte e nove de Abril de 1985. Na ocasião, o Papa recordou a visita feita aos Estados do Amazonas e do Pará, em 1980, e afirmou que trazia presente a imagem “do homem que labuta e sofre, do homem que espera e confia” (Ibid., p.9), com o qual ele havia tido contato. O Papa procurou incentivar a ação missionária a ser realizada nos territórios abrangidos por esses regionais; recordou que o papel primeiro de uma Igreja evangelizada é evangelizar, e afirmou que a evangelização deve ocorrer, antes de tudo, através do testemunho. De acordo com o Papa, para o testemunho na evangelização, os bispos não podem ficar indiferentes diante das “situações concretas, do ponto de vista humano e social, (...), de patente pobreza, ignorância, doença e, talvez, marginalização” (Ibid., p.11), pois é “parte integrante da evangelização “a busca e as tentativas de resposta às interpelações da vida concreta dos homens, situados no tempo e no espaço que lhes é peculiar” (Ibid., p.10).

Para o desenvolvimento de tal serviço, os bispos devem contar com a colaboração dos leigos e, ao mesmo tempo, investir na promoção vocacional e manter o vínculo de unidade com a Igreja universal, na pessoa do Sucessor de Pedro, tendo em conta “cada realidade humana, cada luta, cada injustiça e cada tensão” (Ibid., p.12).

Na parte final da mensagem, o Papa traçou seis campos de apostolado para estes regionais: a liturgia, a família, a educação cristã, a formação, o trabalho social e o atendimento dos índios. Nos três últimos campos apresentados, aparecem vários elementos do magistério social. No que se refere à formação, o Papa ensinou que sua linha deve ser a de uma ativa participação na comunidade, e ela deve ser salvaguardada “da polarização política ou da tirania das ideologias em moda” (Ibid., p.13). Sobre o campo social, João Paulo II ensinou “que a preocupação por ajudar a promoção humana integral de amplas camadas da população, ou de favorecer e restabelecer a justiça, não pode sufocar ou fazer relegar para um segundo plano o conteúdo essencial da evangelização” (Ibid., p.13). O atendimento dos índios, por sua vez, consiste em levar a Boa Nova da

salvação cristã, promover os seus direitos e devotar-lhes um amor verdadeiramente cristão (Ibid., p.13).

#### **2.3.2.4**

#### **O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Sudeste**

No dia dezessete de Janeiro de 1986, ocorreu o encontro final da visita dos bispos do Estado de São Paulo ao Papa. Na ocasião, João Paulo II referiu-se aos problemas pastorais postos àquela Igreja, a realidade contrastante e os problemas que acompanhavam o desenvolvimento industrial daquele Estado, como concentração industrial, agricultura sofrida, mudanças culturais profundas, desemprego, falta de habitação, jovens e crianças abandonadas à rua. Mencionou também os problemas intraeclesiais: envelhecimento e rarefação dos sacerdotes; queda da prática religiosa e avanço das seitas, com desconforto e desajuste de muitos cristãos. Condenadas a uma vida infra-humana, as pessoas se sentem tentadas a enveredar por caminhos que não levam à vida: violência, erotismo, droga e materialismo prático, esquecendo-se que um mal não pode ser vencido com outro mal (Ibid., p.50).

Estes graves desafios ao ministério pastoral dos bispos devem ser colocados, no entanto, dentro do contexto maior da missão de anunciar e testemunhar Cristo, transmitir e servir à fé em Deus (Ibid., p.50). Para cumprir bem esta missão, é preciso sentir com a Igreja. E sentir com a Igreja significa:

Alegrear-se com ela por tudo o que é verdadeiro, justo e válido nas instituições temporais a serviço do homem; ver com satisfação os esforços que visam promover os direitos e as liberdades fundamentais da pessoa humana; preconizar com ela as reformas que tenham como objetivo uma sociedade mais justa; animar mesmo os responsáveis pelo bem comum e empreender essas reformas, de acordo com os princípios éticos e cristãos. Mas sentir com a Igreja não se coaduna com reduzir ao sociopolítico a sua missão (Ibid., p.52).

Sentir com a Igreja significa, ao mesmo tempo:

desenvolver uma pastoral específica para os pobres, assumindo o compromisso com a opção preferencial pelos pobres – não exclusiva, por certo, mas prioritária – por anunciar-lhes a mensagem da libertação plena: a mensagem da salvação; mesmo lembrar aos pobres que eles estão próximos do Reino de Deus, que não lhes é permitido reduzirem-se à miséria, que devem fazer tudo o que é lícito para a superar; dizer aos que estão no bem-estar que usufruam do seu trabalho e

diligência honesta sem se fecharem, mas pensando nos que estão carentes e sabendo partilhar com eles (Ibid., p.52).

Sentir com a Igreja significa, por fim, fazer tudo o que acaba de ser exposto, mas, com a finalidade primeira de que:

cada homem encontre a Cristo e com ele percorra os caminhos da vida; é fazer com que Cristo nasça nos seus corações, pela ação do Espírito Santo, por meio da evangelização, anúncio da libertação do pecado e da comunhão com Deus. Deste modo, sentir com a igreja não se compadece com aceitar os graves desvios que algumas ‘teologias da libertação’ trazem consigo (Ibid., p.52).

Em outras palavras, a preocupação de sentir com a Igreja deve estar subjacente à generosidade com que os bispos se dedicam ao próprio múnus de “anunciar o mistério da salvação e de velar pela qualidade da sua apresentação; de presidir a oração do povo de Deus e velar para que os sacramentos sejam celebrados como se deve; e de ser, enfim, pais e pastores de todos” (Ibid., p.52).

O Papa referiu-se à família como célula fundamental da sociedade, viveiro das gerações do futuro e Igreja doméstica, e afirmou que a situação sociocultural paulistana exigia empenho com a pastoral familiar (Ibid., p.53-54).

O destaque dentre os assuntos tratados no encontro final dos bispos do Rio de Janeiro com o Papa, no dia primeiro de Março de mil novecentos e oitenta e seis, foi o tema da denúncia profética. João Paulo II recordou que Igreja tem “a função de denunciar, de maneira profética, toda a forma de miséria e de opressão” (Ibid., p.58). Deve-se, no entanto, ter em mente que, para que a denúncia seja “profética”, é preciso que esteja em conformidade com a fé e que se aceite o dom do discernimento na comunidade, com prontidão para se submeter ao juízo da mesma comunidade (Ibid., p.59).

Por isso, recordando Paulo VI (*Populorum progressio*, 13), o Papa afirmou que, em toda a pastoral social e na ação dos leigos na sociedade, é necessário entender e respeitar integralmente a missão salvífica da Igreja em relação ao mundo, e desenvolver essa atividade sempre na perspectiva da mesma Igreja. Como mãe e mestra<sup>31</sup>, a Igreja “exorta seus filhos a saberem discernir e iluminar, as situações, os sistemas, as ideologias e a vida política... a partir do Evangelho, lido pelo seu ensino social” (João Paulo II, 1986, p.59). Comentando essa sua afirmação, o Papa ensinou que o empenho cristão, no campo social, deve aparecer

como decorrência da fé, e não como fruto de ideologias; a originalidade sempre nova da mensagem evangélica precisa ser permanentemente defendida das tentativas de ideologização. Sejam evitadas as reduções e as extrapolações.

Os bispos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo foram recebidos pelo Papa, no encontro final da sua visita *ad limina* no dia oito de Março de 1986. Em sua mensagem, João Paulo II refletiu sobre pastoral orgânica. Na linha do magistério social, o Papa referiu-se à rápida virada que estava em andamento na conjuntura social: de um tipo de vida e cultura rural para um tipo novo, ainda não bem definido naquela ocasião. Afirmou que isso tinha impacto na organização de serviços pastorais à vida cristã. Em alguns casos, para o Papa, “um cristianismo generoso, mas superficial, insidiado por seitas, ideologias e visões fragmentárias do homem, alheias, indiferentes ou porventura hostis à tradição cristã, exige tomadas de posição tempestivas, precisas e esclarecidas” (Ibid., p.65). Quanto a isso, o Papa mostrou que não era preciso ter medo; o melhor seria atuar com prioridade em três campos da evangelização: catequese, família e educação católica.

A seguir, o Papa, recordando o documento de *Puebla*, (1197), incentivou os bispos a continuar assumindo a opção preferencial pelos jovens, ao lado da opção pelos pobres, insistindo em formar nos jovens o sentido crítico frente aos contravalores culturais, que muitas ideologias tentam transmitir (João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1986, p.68-69).

### 2.3.2.5

#### O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Sul

Os bispos do Rio Grande do Sul foram os primeiros do Brasil a realizar a visita *ad limina* ao Papa em 1985. O encontro final da visita ocorreu no dia dezesseis de Fevereiro. O tema principal da mensagem do Papa foi a missão do bispo. João Paulo II lembrou que este ministro é promotor de unidade e comunhão na Igreja; é *magister fidei* e *doctor veritatis* (mestre da fé e doutor da verdade); é pai, guia e pastor; é um santificador; é um ministro que exerce uma missão de direito divino (Ibid., p.3-5). Enquanto pastor, o bispo deve ir à frente

---

<sup>31</sup> A expressão *Mãe e Mestra* passou a ser atribuída à Igreja, de modo mais corrente, desde que

das ovelhas, “quer para mostrar o caminho, quer para prevenir as insídias, quer para defender dos assaltos” (Ibid., p.4). O Papa recordou que essa missão deve ser vivida na colegialidade e elogiou a CNBB como “lugar de encontro, de diálogo e de enriquecimento mútuo” (Ibid., p.5).

O encontro final da visita dos bispos do Paraná e Santa Catarina, com o Papa, aconteceu no dia quatro de Junho de 1985, tendo como tema principal a *formação dos sacerdotes*. João Paulo II afirmou que cabe ao bispo manter e incrementar a fidelidade a Cristo, fidelidade capaz, por si, de exercer influência na promoção humana, por encerrar “uma potência incomparável para o desenvolvimento integral da pessoa humana e para a edificação da sociedade, animada pela força da fraternidade” (Ibid., p.17). Partindo de Hb 5,1, “... tirado do meio dos homens é constituído em favor dos homens em suas relações com Deus”, o Papa ensinou sobre cinco dimensões em que se deve processar a formação dos sacerdotes: a segregação de entre os homens, o serviço do homem, o ministério nas coisas de Deus, o sacrifício e a reconciliação (Ibid., p.18). Recordou que a boa formação do padre é o princípio da formação de verdadeiras comunidades cristãs; ainda mais nesta época de secularismo, em que os filhos deste mundo não cessam “de insidiar e fazer tentativas de aliciar os sacerdotes com a ‘linguagem do mundo’” (Ibid., p.19), sabendo que ao ferir os pastores as ovelhas se dispersarão. O Papa recordou a tradição da Igreja, que afirma: “todos os sacerdotes são enviados a colaborar na mesma obra, embora ocupados em funções diversas” (*Presbyterorum ordinis*, 8; *Código de Direito Canônico*, cân. 275). E continuou o Papa, “essa obra, fundamentalmente, é a atuação do desígnio de Deus, que quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade (1Tm 2,4)” (João Paulo II, *Palavra do Santo Padre ao Brasil*, 1986, p.20). Assim sendo, prosseguiu o Papa, “a missão do padre, na missão própria da Igreja, não é de ordem política, econômica e social (...) O sacerdote (...) por deputação é um profissional da fé e um especialista de Deus” (Ibid., p.21). No exercício de sua missão peculiar, o padre terá de possuir límpidas convicções e segurança pessoal para estar “em condições de dialogar construtivamente com o seu mundo, de superar e ajudar outros a vencer o estado de confusão e de ilusão, criado pelas modernas versões do mito de Prometeu” (Ibid., p.21).

---

João XXIII publicou, em 1961, uma encíclica social intitulada *Mater et Magistra*.

### 2.3.2.6

#### **Pronunciamentos do Papa para o Coroamento das Visitas *Ad Limina***

Como coroamento das visitas *ad limina*, aconteceu, nos dias treze, quatorze e quinze de Março de 1986, um encontro especial de alguns bispos do Brasil com o Sumo Pontífice. No discurso de abertura destes encontros, no dia treze de Março do mencionado ano, o Papa, além de manifestar o desejo de reforçar a comunhão eclesial por meio daquele encontro, de realizar o coroamento das visitas, e de refletir, dialogar e traçar rumos (Ibid., p.71-76), reafirmou que diante dos grandes desafios sociais a Igreja tem “um papel específico a exercer, que não se identifica nem se substitui ao dos políticos, dos economistas, dos sociólogos, dos intelectuais ou dos sindicalistas” (Ibid., p.76). A Igreja tem uma convicção profunda de que, cumprindo sua tarefa específica, de anunciar o evangelho, “está pondo em ação um verdadeiro e pleno humanismo (...), está dando uma eficacíssima – embora pouco aparente – colaboração para a solução dos problemas humanos” (Ibid., p.76).

Para cumprir melhor sua missão na América Latina, os pastores devem atender às diretrizes de Puebla e Medellín, “lendo-as com o espírito com que foram elaboradas, sem violências hermenêuticas, sem acréscimos ideológicos, sem distorções de qualquer ordem” (Ibid., p.76). O Papa deixou claro que a Teologia da Libertação não seria o tema dos encontros, mas que também não seria evitado (Ibid., p.76-77). Recordando sua viagem ao Brasil, em 1980, ele reafirmou sua esperança de que no solo brasileiro, graças aos princípios do evangelho e aos ensinamentos do magistério da Igreja Católica, as reformas sociais se fariam “com justiça e caridade, com a desejada eficácia e sem a violência que, além de ser antievangélica, acaba quase sempre por gerar injustiças iguais às que combatia, senão ainda maiores e mais cruéis” (Ibid., p.77).

Durante a mensagem de encerramento dos encontros com os bispos, no dia quinze de Março de 1986, João Paulo II se limitou a agradecer a Deus pelo clima, que reinou durante todos os eventos ligados às visitas *ad limina apostolorum* dos bispos do Brasil ao Papa, em 1985 e 1986, clima de diálogo, de comunhão, de coragem, de esperança, repleto da presença de Deus (Ibid., p.79-82).

Como coroamento final das visitas, em sua terceira etapa, no dia nove de Abril de mil novecentos e oitenta e seis, o Papa João Paulo II enviou uma mensagem ao episcopado brasileiro, através do Cardeal Bernardin Gantin, Prefeito da Congregação para os Bispos, o qual veio ao Brasil, para pregar um dia de oração para o episcopado reunido em Assembléia. Nesta ocasião, o Sumo Pontífice elaborou uma breve síntese dos temas tratados durante as visitas e o encontro especial de encerramento das mesmas. No que diz respeito ao magistério social, o Papa recordou de modo mais exaustivo, entre outras notas mais rápidas, que “a Igreja é, antes de tudo, um mistério (...), prolongamento da missão do Verbo Encarnado, fruto da ação criadora do Espírito Santo. Por isso, não pode ser definida e interpretada a partir de categorias racionais (sociopolíticas ou outras)” (Ibid., p.96). A missão da Igreja é evangelizar, ou seja, prestar ao mundo o ministério da salvação. Embora essencialmente religioso, porque nasce da iniciativa de Deus e se conclui no absoluto de Deus, “o ministério da salvação é ao mesmo tempo serviço ao homem – pessoa e sociedade –, às suas necessidades espirituais e temporais, aos seus direitos fundamentais, à sua convivência humana e civil” (Ibid., p.96). Partindo dessas palavras, o Papa reafirmou que o trabalho no campo sociopolítico é parte integrante da missão da Igreja, e recordou as condições para o exercício deste ministério delicado na missão evangelizadora:

uma nítida distinção entre o que é função dos leigos, comprometidos por específica vocação e carisma nas tarefas temporais, e o que é função dos pastores, formadores dos leigos para as suas tarefas; a consciência de que não cabe à Igreja como tal indicar soluções técnicas para os problemas temporais, mas iluminar a busca dessas soluções à luz da fé; uma prática no campo sociopolítico deve manter-se em indefectível coerência com o ensinamento constante do magistério (Ibid., p.96-97).

Sobre a formação dos leigos, João Paulo II ensinou que “formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele mesmo campo” (Ibid., p.99). A respeito da Teologia da Libertação, o Papa lembrou que se trata de uma teologia oportuna, útil e necessária, e afirmou que deveria constituir uma etapa nova daquela reflexão teológica, iniciada com os apóstolos, continuada com os grandes padres e doutores, com o Magistério, e, “na época mais recente, com o rico patrimônio da doutrina social da Igreja, expressa em documentos” (Ibid., p.100).

## 2.4 Visita dos Bispos do Brasil ao Papa em 1990

Na segunda metade da década de 1980, de acordo com alguns biógrafos, críticos e comentadores do pontificado de João Paulo II, a ação pastoral do Papa, além de tudo que envolvia a rotina pontifícia, abrangia mais duas frentes principais de ação: a frente das orientações teológicas, em relação à Igreja da América Latina, sobretudo; e a frente do combate à falta de liberdade, que ainda reinava em boa parte da Europa.

No que diz respeito à América Latina, no dia nove de Abril de 1986, João Paulo II enviou, através do Cardeal Bernardin Gantin, Prefeito da Congregação para os Bispos, uma carta aos bispos brasileiros, como conclusão geral das visitas *ad limina*. Essa correspondência mostrava tanto a comunhão como as esperanças do Papa, em relação ao episcopado brasileiro. Na carta, entre outros, o Papa apresentou os principais desafios que, segundo ele, a CNBB deveria enfrentar. No que se refere à reflexão teológica, o Papa apresentou o desafio de velar para que aquela correta e necessária Teologia da Libertação se desenvolvesse na América Latina e no Brasil, “de modo homogêneo e não heterogêneo com relação à teologia de todos os tempos, em plena fidelidade à doutrina da Igreja, atenta a um amor preferencial não excludente nem exclusivo para com os pobres” (João Paulo II, *Carta de João Paulo II a seus irmãos no Episcopado do Brasil*, 1986, p.400)<sup>32</sup>. Sobre a questão politicossocial, o Papa, retomando a instrução *Libertatis conscientia*, afirmava que, tanto no nível da reflexão quanto no nível da sua práxis, “a libertação é, antes de tudo, soteriológica (...) e depois eticossocial (ou eticopolítica). Reduzir uma dimensão à outra (...) ou antepor a segunda à primeira é subverter e desnaturar a verdadeira libertação cristã” (Ibid., p.401). Ensinou, ainda, que negar este evangelho da libertação integral e radical aos pobres, é o mesmo que defraudá-los e desiludi-los (Ibid., p.401).

No ambiente interno da Igreja, no que se referia à Europa, o Papa João Paulo II recebia algumas críticas, vindas de alguns teólogos mais exaltados e descontentes com os rumos que o Papa estava dando à Igreja. Episódio bem ilustrativo ocorreu em 1989, na Alemanha, quando um grupo de quatorze teólogos, descontentes, entre outras coisas, com o processo de nomeação de um

arcebispo para Colônia, publicou uma declaração. As críticas desses teólogos visavam três questões principais: a nomeação episcopal, a negação de autorização para alguns teólogos exercerem o magistério em cátedras de teologia, e a ampliação da competência jurídica do Papa. Nesta declaração, focalizando a atenção nos três problemas indicados, os teólogos expressaram a percepção, que possuíam, naquele momento, da transformação da Igreja pós-conciliar e, em tom crítico, apontavam para uma mudança estrutural que, segundo eles, estava se alastrando por toda a parte na Igreja. As palavras mais contundentes da declaração apontavam esta mudança estrutural como causa de “uma indébita extensão da hierarquia de jurisdição; de uma progressiva redução ao silêncio das igrejas particulares; de uma rejeição do debate teológico, e de um retrocesso da posição dos leigos na Igreja” (Declaração de Colônia, 1989, p.180). A Conferência Episcopal Alemã respondeu à declaração de Colônia, apresentando, como argumentos básicos, o fato de os professores partirem de episódios isolados e se expressarem com descrição generalizante, julgarem com juízo sumário e dificultarem ainda mais o diálogo sobre os temas abordados (Ibid., p.183-184).

Mas, embora ocorressem problemas isolados no interior da Igreja na Europa, como o indicado, isso não era nem de longe a principal frente de batalha do Papa, no Velho Mundo. Ao lado da Teologia da Libertação, que pode ser colocada como o grande foco de preocupação de João Paulo II na América Latina, o regime socialista era outra frente de batalha para o Papa, sobretudo na Europa<sup>33</sup>.

Os principais fatos envolvendo o socialismo, na segunda metade da década de 1980, em linhas bem gerais, foram os seguintes: Mikhail Gorbatchov assumiu a chefia do governo da União Soviética no início de 1985, em meio às crises econômicas e com interesses de reforma e transparência. As iniciativas políticas de Gorbatchov logo se tornaram populares, através de dois conceitos principais: *Perestroika* (reformas) e *glasnost* (transparência ou informação). Em 1988, a agenda pontifícia reservava um espaço de tempo considerável para celebrar o milênio de cristianização da Rússia. Nesta ocasião, os representantes do Vaticano

---

<sup>32</sup> Utilizamos o texto publicado pela REB, vol.46, fasc.182, p.400-401, 1986.

<sup>33</sup> A crise do socialismo real e a crítica ao socialismo e ao capitalismo estavam bem presentes nas reflexões de João Paulo II na década de 1980. Um comentário bem sugestivo sobre a questão pode ser coferido em ANDRADE, P. F. C. de, *Capitalismo e socialismo*, p.67-78.

foram muito bem acolhidos naquele país. No ano seguinte, em Novembro de 1989, o muro de Berlim foi ao chão. O líder da União Soviética, Mikhail Gorbachov, visitou João Paulo II no dia primeiro de Dezembro do mesmo ano.

No dia treze de Janeiro de 1990, o Papa, discursando para vários diplomatas, deu uma interpretação aos acontecimentos recentes de abertura nos regimes socialistas. De acordo com sua interpretação, a Igreja Católica acolheu com grande satisfação as transformações ocorridas na vida de diversos povos, especialmente na Europa. Em seu discurso, o Papa mostrou sua posição, apresentando alguns valores fundamentais, para que o sonho dos povos se tornasse realidade: a neutralidade ideológica, a dignidade da pessoa humana como fonte dos direitos, a preferência da pessoa em relação à sociedade, o respeito das normas jurídicas democraticamente definidas, e o pluralismo na organização da sociedade (João Paulo II, *Discurso a los miembros del cuerpo diplomático acreditado ante la santa sede*, 1990, n.5-8).

No dia quinze de Março de 1990, a União Soviética e o Vaticano reataram relações diplomáticas normais. No dia primeiro de Outubro, do mesmo ano, a lei sobre liberdade religiosa, que garantia o direito de professar qualquer religião, foi aprovada em Moscou. Outro sinal evidente dos novos tempos foi a visita do Papa a Tcheco-Eslováquia, em Abril de 1990 (Martina, 1997, p.366-370). Embora tenham sido muitas as causas que provocaram essas mudanças na Europa, na segunda metade da década de 1980, “não se pode, todavia, excluir, que a personalidade do Papa polonês, sua grande influência na evolução política em seu país, (...) tenham acelerado o fenômeno” (Ibid., p.369).

É notável pensar no seguinte: durante a visita *ad limina* dos bispos do Brasil, em 1990, o Papa João Paulo II vivia um bom momento de seu pontificado. As críticas a ele dirigidas e as revoltas de alguns membros da Igreja eram inexpressivas em comparação com os méritos atribuídos a ele pela opinião pública. No Brasil, já havia passado o clima de maior confronto entre os simpatizantes da Teologia da Libertação e o posicionamento do Vaticano. As reflexões sobre a relação teologia e política, ou entre esforço histórico e escatologia, começavam a chegar a certas conclusões<sup>34</sup> que, se não punham fim

---

<sup>34</sup> Uma obra publicada, em 1991, pode facilitar a compreensão do *status questionis* relativa aos embates entre o posicionamento do Vaticano e os ideais da Teologia da Libertação: Cf. ANDRADE, P. F. C., *Fé e eficácia*.

aos debates, tornavam mais tranquilo o clima relacional entre o Papa e parte dos membros da Igreja Católica no Brasil, abalados com os atritos sobre a Teologia da Libertação.

A imagem que a opinião pública tinha de João Paulo II agora se encontrava muito ligada à queda do socialismo no Leste europeu<sup>35</sup>, visto que se lhe atribuiu um papel importante neste evento. Igual sucesso ele já havia conseguido no que se refere ao questionamento da Teologia da Libertação na América Latina e à implantação de uma política de restauração da ortodoxia católica<sup>36</sup>. Era atribuído ao Papa até mesmo o papel de chefe de uma nova geopolítica da Igreja, visando refazer a Europa cristã e restaurar o catolicismo na América Latina (Della Cava, 1990, p.916-921).

O que ocorria, no final da década de 1980, é que João Paulo II era um Papa que ainda recebia críticas internas por seus posicionamentos entendidos como conservadores, sobretudo, em questões de nomeação de bispos e de alguns pontos de vista sobre certas teologias. Entretanto, o descontentamento de seus críticos já se encontrava ofuscado pelo envolvimento do Papa em eventos mundiais de grande magnitude (Cornwell, 2005, p.117-118).

Em seus escritos, na segunda metade da década de 1980, o Papa deixava entender que seu posicionamento contra o socialismo não significava apoio ao capitalismo. Em 1986, veio à luz a Encíclica *Dominum et vivificantem*, sobre o Espírito Santo, como que para oferecer mais consistência aos escritos anteriores. Nela, o Papa recorda que, embora tendo alcançado todo o progresso vertiginoso da civilização tecnicocientífica, “o homem está ameaçado, a humanidade está ameaçada” (*Dominum et vivificantem*, 65). Para o Papa, Diante deste perigo, e diante do risco da real decadência espiritual do homem, era preciso buscar um modo de salvar o homem de si mesmo, dos seus erros e das ilusões que tornam nocivas, não poucas vezes, as suas próprias conquistas. A oração se apresentava como um caminho de vitória sobre a ameaça que pairava sobre o homem, por ser ela o modo mais simples para se encontrar com o Espírito Santo.

---

<sup>35</sup>É de se observar que na Polônia, terra natal do Papa, em 1991, o povo estava propenso a interpretar a queda do socialismo, segundo Cornwell, mais como resultado da ação do sindicato Solidariedade do que como fruto das intervenções do Papa ou da Igreja (Cf. CORNWELL, J., *A face oculta do pontificado de João Paulo II*, p.133).

<sup>36</sup> Sobre esta dita política de restauração, há várias referências que podem ser conferidas: ROLLETT, J., *Religião e política*, p.11; DELLA CAVA, R., *Política do Vaticano 1978-1990*, p.914; CORNWELL, J., *A face oculta do pontificado de João Paulo II*, p.123-124.

Também em 1986, com a autorização do Papa, a Congregação para a Doutrina da Fé publicou a instrução *Libertatis conscientia*, continuando a ação para mostrar os limites e orientar sobre a Teologia da Libertação. Na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, de 1987, João Paulo II ensinou sobre o autêntico desenvolvimento do homem e da sociedade, e mostrou a equivalência moral entre o comunismo e o capitalismo, apontando imperfeições nos dois sistemas<sup>37</sup>.

Em 1987, o Papa publicou a instrução *Donum vitae*, sobre a vida humana nascente e a dignidade da procriação, e a encíclica *Redemptoris Mater*, sobre Maria mãe do Redentor. Essas publicações evidenciam uma abertura para os novos campos de reflexão. Ocorreu, no mês de Outubro de mil novecentos e oitenta e sete, o Sínodo Geral dos Bispos, com uma reflexão sobre a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo após o Vaticano II. Fruto desse sínodo foi a Exortação Apostólica *Christifideles laici*, de 1988, sobre a vocação e missão dos leigos, na qual o Papa ressaltou, mais ainda, que são os leigos que devem atuar, de modo direto, no mundo da política e da economia, entre outros.

No mês de Junho de 1987, João Paulo II visitou o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, seu aliado no combate ao socialismo. No mesmo ano, o Papa visitou sua terra natal pela terceira vez, e falou ao chefe de governo que é necessário que o homem não seja um objeto das iniciativas das autoridades e do Estado, mas seja sujeito, isto é, o Estado precisa abrir espaço para a participação de todos, para acolher a subjetividade (João Paulo II, *Discorso alle autorità della repubblica popolare di polônia*, 1987, n.5).

#### 2.4.1

#### **Acenos Sobre a Igreja no Brasil entre 1986 e 1990**

Entre 1986 e 1990, segundo o próprio Papa João Paulo II, o Brasil viveu momentos de grandes esperanças, mas conheceu também algumas desilusões. Vibrou com a consolidação de sua estrutura politicodemocrática, mas se viu também mergulhado numa das mais sérias crises econômicas de sua história. Entre os efeitos mais negativos desta crise na vida do povo, segundo o Papa,

---

<sup>37</sup> Sobre o conteúdo geral deste debate: Cf. CAMACHO, I., *Doutrina social da Igreja: abordagem histórica*. Esta obra é um excelente estudo sobre as Encíclicas sociais, de João Paulo II e de seus antecessores; comenta todos os grandes temas do Magistério Social da Igreja.

sobressaía a “quebra de confiança pela frustração das tentativas para reverter tal situação” (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.52).

Na segunda metade da década de 1980, a Igreja no Brasil percebeu, de modo mais claro, a crise de valores pela qual o país estava atravessando. Esta crise era bem visível, sobretudo, na substituição dos valores tradicionais pelas novas formas de consumo que atingiam o processo de determinação do comportamento social. Antes, os valores tradicionais influenciavam o comportamento social e este, por sua vez, determinava as formas de consumo. Agora, com a grande penetração dos Meios de Comunicação Social, eram as formas de consumo que começavam a definir o comportamento social, e este comportamento estava desgastando os valores tradicionais e criando pseudovalores de vida e convivência, o que desembocava, entre outros, num relativismo ético em todos os campos (CNBB, Doc.38, n.26).

No começo da redemocratização brasileira, na segunda metade da década de 1980, preocupavam muito a Igreja, no Brasil, os problemas econômicos, que atingiram dimensões dramáticas: a modernização da economia parecia favorecer uma minoria da população, enquanto deixava na miséria a maioria dos cidadãos; a dívida externa crescia muito, a ponto de se tornar extremamente onerosa; o arrocho salarial, a inflação contínua, o déficit estatal, o empreguismo na esfera pública e o desnível salarial, deixavam o povo apreensivo (Ibid., n.24).

#### **2.4.1.1 Pronunciamentos sociais**

Da época da primeira visita *ad limina* dos bispos brasileiros a Roma (1985/1986) a 1990, momento da segunda visita, muitos fatos significativos ocorreram na Igreja do Brasil.

A Igreja Católica no Brasil se encontrava, segundo Della Cava (1990, p.915), como a dos demais países, diante dos efeitos de uma política vaticana para a restauração da ortodoxia. Algumas práticas e reflexões eclesiais brasileiras, embora isoladas, preocupavam a Cúria Romana e, por isso, a Igreja no Brasil estava na linha de fogo da política restauracionista levada avante pelo Vaticano, no pontificado de João Paulo II, visto ser a maior Igreja nacional no mundo e ter se tornado a grande propagadora da Teologia da Libertação. Os católicos

brasileiros tomaram conhecimento do episódio do Leste Europeu, da queda do marxismo, fato que trazia um desafio teórico e político, sobretudo, para os que tomavam partido em favor da Teologia da Libertação.

Duas revistas católicas internacionais já debatiam temas ligados à Teologia da Libertação há vários anos: a revista *Concilium*, fundada em 1965, com reflexão mais progressista, e a revista *Communio*, fundada em 1972, com reflexão mais conservadora (Ibid., p.898-902).

Admitida, como é comum entre os pensadores críticos da organização interna da Igreja, a existência de duas alas principais de ação – progressista e conservadora – pode-se dizer que, na segunda metade da década de 1980, os conservadores já tinham maior consciência sobre o apoio vindo de Roma, e os progressistas sabiam que os tempos não eram os melhores (Ibid., p.904-912). Assim, crescia o fosso entre os progressistas, que privilegiavam a participação da Igreja na construção da sociedade, e os conservadores, que enfatizavam uma Igreja mais voltada para seus assuntos internos. Tanto é verdade que, na segunda metade da década de 1980, a Igreja foi diminuindo sua missão social sob o pretexto de que, com a abertura política e as novas orientações eclesiais, tinha chegado o momento dos próprios leigos, organizados nas instituições da sociedade civil, defender seus direitos. Esse clima obrigou a Igreja no Brasil a buscar uma nova metodologia para a pastoral (INPa, 2003, p.393-394).

Em 1986, aconteceu em Goiás o Intereclesial das CEBs, maior sinal de visibilidade prática da Teologia da Libertação no território brasileiro. O encontro contou com mil seiscentos e quarenta e sete participantes, entre os quais, cinquenta e um bispos. O Papa mandou um telegrama de apoio ao evento<sup>38</sup>; era um número considerável, se comparado ao V Intereclesial realizado em 1983, o qual havia contado com a presença de quatrocentos e noventa participantes, dentre os quais trinta bispos. No documento final do VI Intereclesial de CEBs encontram-se as seguintes afirmações:

vimos a importância da ação política dos cristãos, pois vivendo em sociedade, sem a política, somos uns desorientados e não chegamos a lugar nenhum. As CEBs precisam chegar a uma definição mais clara na questão partidária. (...) Devem favorecer, apoiar e acompanhar estes militantes que estão à frente da luta. (...) O movimento popular tem muitos rios: o rio dos sindicatos, o rio do partido

<sup>38</sup> O telegrama do Papa e todos os temas debatidos no VI Encontro Intereclesial das CEBs, podem ser conferidos em: Documentação, Mensagem final do Intereclesial das CEBs, p.484-485.

político. (...) É o projeto político do povo que vai canalizar as águas dos riachos para o grande rio que vai acabar com a sociedade de lucro e opressão e fundar a sociedade do jeito que Deus quer (Mensagem final do intereclesial das CEBs, 1986, p.484-485).

Estas afirmações trazem elementos de superação de uma tendência basista ou de “crença ingênua quanto à capacidade da base de resolver seus problemas sem a ajuda de intelectuais, partidos políticos ou outros agentes externos” (Mainwaring, 2004, p.232-233).

#### **2.4.1.2 Relacionamento com o Estado Brasileiro**

Um evento que marcou o ambiente da relação Igreja/Estado, na segunda metade da década de 1980, foi a preparação para a Assembléia Nacional Constituinte, convocada para o ano 1988. A CNBB mantinha a posição clara de que não competia à Igreja apresentar um projeto de Constituição, mas que cabia a ela não só o dever de estimular os leigos a exercerem, com fidelidade, sua cidadania política, mas também aquela tarefa de propor e defender o princípio da ampla participação de todos os cidadãos no processo (CNBB, Doc.35, p.15). Em suma, conforme outro pronunciamento, uma das tarefas da Igreja era “conscientizar o povo e estimular a mobilização” (CNBB, Doc.37, 1986, p.80).

No campo político, de 1986 a 1990, ocorreram grandes avanços na democratização ou redemocratização no Brasil. As principais marcas destes avanços, percebidas pela CNBB, foram o restabelecimento das liberdades civis, a realização de eleições, a efetivação do governo de transição, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a criação de novos partidos, e uma maior atenção dada à educação democrática do povo (CNBB, Doc.38, n.25). Mas os bispos do Brasil também tinham consciência que, em meio aos ventos de esperança, persistiam velhos problemas: oportunismo político, corrupção e fraudes, descaso pela coisa pública, não participação das massas no processo político e nas grandes decisões públicas (Ibid., n.25).

Outro evento muito importante do período foi o movimento pelas eleições diretas em 1989. Depois de vinte e nove anos, desde a eleição direta que havia levado Jânio Quadros à Presidência da República, Fernando Collor de Mello foi eleito pelo povo para o cargo de Presidente da República, por uma pequena

margem de votos, ou seja, 42,75% a 37,86%, sobre seu oponente, Luiz Inácio Lula da Silva. A campanha colocou em confronto dois modelos de atuação estatal: um pautado na redução do papel do Estado (Collor) e outro na forte presença do Estado na economia (Lula).

Ao analisar as posturas da Igreja por ocasião da campanha presidencial de 1989, percebe-se a existência de tendências bem diferentes em seu interior (ORO, 2006, p.99-100). Havia o grupo da Teologia da Libertação, que defendia a participação mais ativa do clero, para indicar e apoiar candidatos comprometidos com os pobres e oprimidos. Havia o grupo chamado Tradicional e Conservador, que afirmava a exterioridade da Igreja frente às questões políticas. Havia, também, a fala oficial da Igreja, a CNBB, que não tomava posição política, mas orientava os fiéis para escolherem os candidatos que seguissem os princípios da dignidade e da solidariedade humana. Por fim, havia a tendência dos que defendiam a permanência da Igreja fora e acima dos partidos políticos e, ao mesmo tempo, criticavam a postura da Teologia da Libertação.

Nos primeiros dias de mandato, Collor lançou um pacote econômico, chamado de “Plano Collor”, que, entre outras consequências, bloqueou o dinheiro depositado nos Bancos por pessoas físicas e jurídicas (poupança e contas correntes); pôs em prática uma reforma administrativa, que extinguiu órgãos e empresas estatais, promoveu as primeiras privatizações, a abertura do mercado brasileiro às importações, o congelamento de preços e a pré-fixação dos salários. O plano reduziu a inflação, mas trouxe recessão, aumentando o desemprego e levando muitas empresas à falência.

### **2.4.1.3 Diretrizes Gerais da Ação Pastoral**

As diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil (1987-1990) apresentaram como objetivo:

evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, anunciando a pena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo (CNBB, Doc.38, p.9).

Como se nota, um elemento novo nas diretrizes 1987-1990, em relação às diretrizes de 1983-1986, é a transformação política. Naquele momento histórico, em que foram escritas as diretrizes, não havia mais dúvida: estava em andamento um novo momento na história política do Brasil. Outra novidade no documento foi o acréscimo, nos objetivos, da expressão: *anunciando a plena verdade*. Em 1987, a Igreja no Brasil já havia assimilado alguns elementos mais enfatizados nos ainda recentes documentos da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação; a categoria teológica do *anúncio*, que apareceu no objetivo das diretrizes, parece ser fruto desse novo tempo teológico; esta categoria alertava para o perigo da sobreposição da denúncia no processo de evangelização. A categoria da *verdade plena* parecia apontar em sentido contrário para o reducionismo da evangelização aos aspectos temporais da missão. Com significação semelhante, aparece a ênfase no termo *evangélica* opção pelos pobres. A opção que se deseja não é algo novo, inventado pelas teologias recentes, mas a opção que Jesus Cristo e seus primeiros discípulos já haviam feito. Outra inovação, que retratava bem o desejo de a Igreja no Brasil manter-se fiel ao Papa, é o acréscimo da frase *formar o povo de Deus*. Com esta novidade, os bispos deixavam claro que a missão da Igreja, no que se refere ao campo do mundo, era formar consciências cristãs e não interferir em questões técnicas ou partidárias. Por fim, aparece também o termo *signal* do Reino definitivo. Com essa expressão, a Igreja deixava claro que a salvação oferecida por Deus não se realiza, em sua completude, neste mundo. As coisas boas que são conseguidas na história não passam de sinais do Reino que ainda está por se concluir; a salvação anunciada por Cristo se reveste de um caráter sobrenatural, transcendente.

As Diretrizes da Ação Pastoral (1987-1990), ao explicitarem a abrangência do termo evangelizar, mostravam que a missão primeira da Igreja, que é evangelizar, não significava apenas transmitir uma mensagem divina, mas também abrangia as questões que envolviam o homem do berço ao túmulo, tais como as questões sociopolíticas. Partindo daí, o documento analisava a realidade brasileira em franco processo de transformação social, econômica, política e cultural. Os bispos afirmaram, nas Diretrizes, que “a missão da Igreja é evangelizar pessoas que constroem estruturas sociais, econômicas e políticas, que criam cultura, que trabalham, que têm aspirações, que são sujeitos de direitos e deveres, e agentes de sua própria história” (CNBB, Doc.38, 1987, n.19). Essa

ênfase na destinação pessoal, na formação das consciências individuais, parece significar o não esquecimento da influência mútua entre pessoa e sociedade (CNBB, Doc.38, 1987, n.20).

A relação entre fé e política apareceu, nas Diretrizes Gerais (1987-1990), como uma questão que vinha adquirindo grande relevância nos últimos anos, e foi colocada também como campo que questionava a ação pastoral e a reflexão teológica: “como se dá a opção política partidária dos cristãos; qual o estímulo e o acompanhamento da Igreja aos cristãos comprometidos na política partidária; como conciliar o engajamento na política partidária com o engajamento pastoral” (CNBB, Doc.38, 1987, n.104).

As dimensões ou linhas gerais da ação pastoral não sofreram alterações: comunitária e participativa, missionária, catequética, litúrgica, ecumênica e de diálogo religioso, e profética e transformadora.

Os destaques, apontados pelos bispos, para a ação pastoral, mudaram em relação às Diretrizes de 1983-1986; de “jovens, CEBs, vocações e ministérios, família, leigos e mundo do trabalho” (CNBB, Doc.28, 1983, n.106), para “Meios de Comunicação Social, juventude e família” (CNBB, Doc.38, 1987, n.147). Chama atenção, sobretudo, a ênfase aos Meios de Comunicação, nova realidade que se impunha, com as liberdades retomadas com o fim da ditadura militar, o que também preocupava o episcopado. Ainda digna de nota foi a perda de destaque das CEBs, realidade muito discutida nos anos anteriores. O mesmo pode ser dito sobre o mundo do trabalho, tema bem explorado desde a publicação da Encíclica *Laborem exercens*, por João Paulo II, em 1981, e as vocações e ministérios, outro tema bem aprofundado no início da década de 1980 após a primeira visita do Papa ao Brasil.

#### **2.4.2**

#### **Pronunciamentos durante visita *Ad Limina* dos Bispos em 1990**

Durante o ano de 1990, João Paulo II recebeu, em datas diferentes, e por região, os bispos do Brasil, na Santa Sé, para a visita *ad limina apostolorum*. Na ocasião, os bispos do Brasil tiveram um colóquio pessoal com o Papa, tratando da realidade de cada um no seu pastoreio. As diretrizes dirigidas aos bispos do Brasil são a soma dos frutos destas visitas. No início delas, aparece a seguinte recomendação: "peço à Conferência Episcopal acolher o conjunto das alocuções

como um todo que entrego confiadamente a toda ela. Queira Deus que seja útil a todos..." (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.5 [epígrafe]).

Neste item da pesquisa, encontra-se uma síntese das mensagens do Papa aos bispos durante os encontros finais das visitas. A síntese, sem desprezar o contexto e o conteúdo geral das mensagens, se limita aos elementos do magistério social, como proposto neste trabalho. A apresentação do conteúdo segue o esquema das regiões territoriais do Brasil, e não o dos regionais da CNBB.

#### **2.4.2.1**

#### **O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Centro-Oeste**

No dia vinte e três de Junho de 1990, ocorreu uma audiência coletiva de encerramento da visita *ad limina* dos bispos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O tema central do discurso de João Paulo II foi: “a formação das novas gerações para a vida cristã é o futuro da Igreja e da sociedade no Brasil” (Ibid., p.85). O Papa afirmou que um dos maiores desafios da Igreja no Brasil é o da formação cristã dos jovens. Recordou a ‘opção preferencial pelos jovens’, não exclusiva nem excludente, assumida em Puebla, pela Igreja da América Latina. Uma vez que a Igreja percorre o caminho da vida dos homens, afirmou o Papa, “ela não pode deixar de encontrar e apreciar (...) sua juventude (...), fase extremamente importante na vida da pessoa, pois se trata de descobrir (...), programar, eleger, prever e assumir (...) as primeiras decisões” (Ibid., p.85).

Ao discorrer sobre o tema proposto, o Papa referiu-se à realidade social do Brasil, destacando o elevado índice de analfabetismo, a má qualidade do sistema escolar público, a desvalorização dos professores, a influência massificante dos Meios de Comunicação Social, a crise da família (Ibid., p.88-89).

Partindo de sua percepção da realidade social brasileira, o Papa pediu que os bispos se fizessem próximos dos jovens, que soubessem acolhê-los, que fôssem disponíveis, soubessem escutá-los, fossem capazes de dar uma resposta cristã às suas perguntas. A resposta cristã, explicou o Papa, “não é um raciocínio, um conjunto de normas, uma ideologia política. É, sim, o testemunho de Cristo (...) que quer estabelecer com ele uma relação pessoal de aliança, de verdade e de vida” (Ibid., p.90). O Papa alertou que a Igreja não pode adiar nem reduzir o anúncio de Cristo aos jovens, precisa incentivá-los à vida sacramental e orante, e

deve preocupar-se com a formação moral da sua consciência, para que vivam de acordo com a lei natural. O Papa advertiu sobre o quanto é delicado e necessário propor ao jovem a relação entre formação cristã e exigências de solidariedade e compromissos sociais, e afirmou que seria grave se a educação e a ação dos cristãos não encontrassem referência exigente e fecunda no que propõe a “doutrina social da Igreja. Mas também seria muito grave que o cristianismo se reduzisse para os jovens num engajamento de luta social e política e num moralismo baseado em denúncias ou contestações” (Ibid., p.91); ressaltou assim, a importância do cristão ser conhecedor do nexos entre o comportamento de cidadão livre e responsável e a presença de Cristo em sua vida.

Os bispos do Estado de Goiás e do Distrito Federal se encontraram, em conjunto, para a audiência final com o Papa no dia cinco de Julho de mil novecentos e noventa. Em sua mensagem, o Papa recordou a *Evangelii nuntiandi* (19), que apresenta a Igreja como chamada a atingir e a modificar, mediante a força do evangelho, os critérios de juízo, os valores, as linhas de pensamento, os modelos de vida. O Sumo Pontífice ensinou ainda que “não será o evangelho que deverá adequar-se aos tempos, às exigências atuais do homem, muito pelo contrário, trata-se de pôr a vida pessoal de todos e cada um dos homens em contato com esta antiga novidade que é o evangelho” (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, p.100). No mais, o Papa fez memória da história da Igreja no Brasil e apontou, entre outros, alguns novos desafios da evangelização: o progresso alcançado pela ciência e a técnica, que traz bem-estar social, mas cria entraves para o cristão que quer ser coerente com sua fé; as exigências da sociedade urbana e industrial, que forçam o indivíduo a uma corrida desenfreada em busca do seu ganha-pão diário; a perda do genuíno espírito religioso, que afeta a todos (Ibid., p.99).

#### **2.4.2.2**

#### **O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Nordeste**

No dia dezessete de Setembro de 1990, o Papa recebeu os bispos dos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, para a conclusão das visitas *ad limina*. Em sua mensagem, João Paulo II tratou sobre o

relacionamento do Bispo com seus presbíteros e alertou sobre as associações de presbíteros e pediu “que estas tenham por objetivo aprofundar os vínculos de caridade; que não criem jamais desunião, mas unidade e comunhão – e sobretudo que nelas esteja presente o bispo com seu carisma de unidade” (Ibid., p.108).

A conclusão da visita *ad limina* dos bispos da Bahia e do Sergipe ocorreu no dia trinta de Setembro de 1990. A mensagem do Papa teve como tema central a união entre as CEBs e a Igreja local e universal. Na ocasião, o Papa reafirmou a importância da comunhão entre os fiéis e os pastores, e refletiu sobre o princípio da *igualdade* de importância e distinção de funções entre os ministérios na Igreja, que convida todos os fiéis, leigos e pastores, a procurar realizar a finalidade da Igreja, cada um de acordo com sua forma específica de levá-la a cabo, ou seja, de acordo com o princípio da *variedade* (Ibid., p.112-114). João Paulo II concluiu esta mensagem afirmando que:

a Igreja não desconhece os inquietantes problemas que afligem a sociedade contemporânea, a se debater entre inúmeras pressões de caráter social, econômico e político. Mas a sua missão continuará sempre como a obra de Jesus Cristo: levar os homens ao seu destino sobrenatural e eterno. A justa e devida preocupação da Igreja pelos problemas sociais deriva da missão espiritual e se mantém nos limites dessa missão (Ibid., p.115).

Aos bispos dos Estados do Ceará e do Piauí, que se encontraram com o Papa no dia sete de Dezembro de 1990, concluindo a visita *ad limina*, João Paulo II ensinou sobre a missão do bispo, enquanto transmissor da verdade e da fé, e responsável pela verdade da fé transmitida na Igreja particular sob sua responsabilidade. Na parte final do discurso, o Papa referiu-se aos desafios sociais que os bispos do Brasil, sobretudo os do Nordeste brasileiro, enfrentavam no trabalho de evangelização, e fez questão de que eles soubessem que o Papa conhecia bem os dramas que enfrentavam no dia-a-dia: problemas de desnutrição devido à carência alimentar; êxodo rural e falta de trabalho urbano; distribuição injusta dos salários; sofrimento dos aposentados de baixa renda; dificuldades em organizar o uso da terra e de ampliar o trabalho no campo; seca; migrações em massa por causa da seca ou falta de recursos no interior do país (Ibid., p123-124).

### 2.4.2.3

#### O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Norte

O encontro final dos bispos das Províncias Eclesiásticas de Manaus e Porto Velho, que englobavam os Estados do Amazonas, de Rondônia, do Acre e de Roraima, ocorreu no dia vinte e um de Maio de mil novecentos e noventa. Durante sua mensagem, o Papa ensinou sobre a vida religiosa. No que se refere ao magistério social, o Papa alertou sobre o primeiro dever do religioso e da religiosa, que é o de não esquecer a originalidade peculiar do carisma de cada família religiosa; alertou ainda sobre o perigo de se ver todas as formas de vida religiosa reduzidas “a um único modelo de vida comunitária, a saber, a inserida nos meios populares” (Ibid., p.62). O Papa deixou claro que, para a Igreja, são igualmente importantes a vida contemplativa e as formas de ação apostólica, como as exercidas na educação e no cuidado aos doentes. Mas seja qual for a atividade do religioso e da religiosa na ordem temporal, jamais se poderá esquecer a “dimensão espiritual que deve ir informando toda a sua existência (...). Não se pode reduzir a missão profética global da vida religiosa a um empenho exclusivo em projetos (...) de promoção que seja somente social” (Ibid., p.62). O Papa recordou a responsabilidade de cada bispo pelos trabalhos pastorais que os religiosos e as religiosas realizam em sua diocese; ali, o trabalho pastoral deve orientar-se, antes de tudo, pela diretriz pastoral emanada pelo bispo diocesano (Ibid., p.63-64).

Na mensagem proferida durante o encontro final da visita dos bispos do Estado do Pará, o Papa refletiu sobre o sincretismo religioso e as seitas, considerando-os como desafios para a evangelização no Brasil. Na linha do magistério social, João Paulo II ensinou que a exposição incompleta da doutrina genuína encontrava-se entre as formas de manifestação do sincretismo religioso (Ibid., p.70) e que o avanço das seitas constituía-se um dos desafios mais urgentes dos bispos e exigia um redobrado esforço na evangelização (Ibid., p.73).

#### 2.4.2.4

#### O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Sudeste

Na mensagem durante o encontro final da visita dos bispos do Estado de São Paulo, o Santo Padre enfatizou a importância da liturgia, recordando que a liturgia tem um papel eminente na vida da Igreja. O Papa recordou que a liturgia é um meio, por excelência, de evangelização; a liturgia eucarística pode levar os cristãos à comunhão dos bens materiais, tendo repercussão nas relações interpessoais; a liturgia da reconciliação pode ajudar os cristãos, para que eles adquiram o justo sentido do pecado pessoal e de seu alcance social, aprendam que a comunidade é pecadora, porque cada homem é pecador (Ibid., p.41-43). A seguir, o Papa ensinou que a necessária preocupação com as realidades concretas da vida atual não pode fazer esquecer a verdadeira natureza das ações litúrgicas; assim como a missa é mais do que uma festa de união fraterna, do que uma refeição de amigos, ela também não é o momento de celebrar a dignidade humana, reivindicações ou esperanças meramente terrestres; a liturgia é o sacrifício que torna Cristo presente realmente no sacramento (Ibid., p.44-45).

O encontro final da visita dos bispos do Estado do Rio de Janeiro com ao Papa, em Roma, ocorreu no dia vinte e quatro de Março de 1990. Na mensagem dirigida aos bispos, o Papa ressaltou o direito e o dever dos bispos de realizarem a pastoral social. O Papa mencionou o que havia afirmado sobre a realidade social do Brasil, durante a visita *ad limina* anterior, em 1985/1986, na qual ele havia sintetizado os desafios em culturais, sociopolíticos e econômicos. A seguir, o Papa afirmou que no presente, em 1990, permanecia o quadro que ele havia traçado mais acentuado em algumas áreas e atenuado em outras. O que havia mudado era o nível de confiança dos brasileiros para reverter tal situação desfavorável, após as esperanças e decepções, frutos da volta da democracia e do agravamento da crise econômica. No campo social brasileiro, para o Papa, algumas sombras ainda continuavam e até mesmo aumentavam: a violência urbana assumia proporções alarmantes; crescia a violência no campo e nas estradas; a marginalização caracterizava a realidade de vastas áreas do interior; nas grandes cidades, era chocante a presença de favelas, cortiços, mendigos e menores abandonados, em meio à opulência de uns poucos; era preocupante a disseminação dos tóxicos

(drogas), ocasionando crimes, mortes e tráfico clandestino; preocupante também era a onda de atentados contra a propriedade e a segurança das pessoas, gerando o revide e o medo generalizado. A todas essas manchas negativas, juntavam-se outras afrontas à dignidade das pessoas e ao senso de justiça: escândalos financeiros e insensibilidade dos responsáveis diante da imoralidade divulgada nos Meios de Comunicação Social e nos espetáculos públicos (Ibid., p.51-53).

Para além desta sombria realidade descrita, o Papa enfatizou que nem tudo era negativo no Brasil. Segundo ele, existia uma riqueza humana que aos bispos cabia aproveitar e orientar: “os brasileiros têm se mostrado avessos a formas de radicalismo e de extremismo, propensos à tolerância e compreensão, prontos para a solidariedade humana e para o acolhimento das pessoas em condições precárias” (Ibid., p.53). O Papa recordou aos bispos as orientações sobre a relação entre Igreja e política, dadas durante sua viagem ao Brasil, em 1980, sobretudo em suas mensagens aos bispos no Rio de Janeiro e em Fortaleza, e aos construtores da sociedade pluralista na Bahia. Para o Papa, não havia dúvidas quanto à necessidade e à legitimidade da intervenção da Igreja no campo social, para aplicar a palavra de Deus à vida humana. Ele defendia como direito e dever da Igreja praticar uma pastoral social. Recordando também sua encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (41), o Papa ensinou, porém, que a finalidade da intervenção da Igreja é interpretar essas realidades à luz da fé e da genuína Tradição eclesial, examinando sua conformidade com o ensinamento do Evangelho (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.53).

Ainda diante dos bispos do Rio de Janeiro, o Papa ensinou que a Igreja Católica tem consciência de que as realizações temporais não se identificam com o Reino de Deus, mas são capazes de refletir e, de certa maneira, antecipar a glória do Reino, que esperamos. Na sua leitura dos problemas sociais, a Igreja situa-se num eixo que transcende a dimensão temporal da história humana. A Igreja não pretende nem pode reduzir sua ação evangélica ao comprometimento sociopolítico, não pode confundir o Reino de Deus com um projeto puramente político e temporal (Ibid., p.54-55). Em sua ação social, iluminada pela fé, o cristão manifesta sua vida no Espírito. Logo, os fundamentos para a ação dos fiéis, no campo social, serão a prática das virtudes, a fuga dos pecados, e a busca da libertação soteriológica (Ibid., p.55). Por fim, o Papa convocou os bispos, para permanecerem fiéis à Doutrina Social da Igreja no cumprimento da tarefa de

educar e orientar o povo, a fim de que este aja no mundo à luz dos princípios evangélicos. Recordando a Instrução *Libertatis conscientia* (80-94), João Paulo II destacou dois aspectos nesta tarefa dos bispos: educação para a justiça e para a liberdade, educação para o trabalho e para a solidariedade (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.55-56).

Os Bispos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo foram recebidos pelo Papa, em Roma, no dia nove de Junho de mil novecentos e noventa para a audiência final da visita *ad limina*. O discurso do Papa aos bispos retomou a encíclica *Familiaris consortio* e centrou-se no tema da instabilidade das famílias e da fragilidade do matrimônio. Depois de recordar a importância da família para os portugueses, para os indígenas nativos e para os africanos, que se confluíram na formação do Brasil, depois de ressaltar a importância histórica da família para a sociedade brasileira e para seu processo de transmissão e conservação da fé, o Pontífice destacou os graves problemas enfrentados nos lares brasileiros: os inúmeros divórcios, os meios de comunicação de massa, defendendo valores às vezes contrários à família, a instabilidade conjugal e a legislação matrimonial muito permissiva quanto ao divórcio. Para o Papa, a estas causas da crise familiar ainda se acrescentavam condições infra-humanas de moradia, de alimentação, de saúde, de instrução, de higiene e de abandono em que viviam milhões de pessoas no campo e na periferia das cidades brasileiras (Ibid., p.77-79).

Diante desse quadro, o Papa reafirmou o ensinamento da *Gaudium et Spes* (44), mostrando a necessidade de nos convencermos de que “o bem-estar da sociedade deriva e depende da saúde da família; é preciso, ainda mais, pôr em ação todas as iniciativas necessárias, para de novo fazer da família o elemento essencial e imprescindível daquela que é a célula básica de uma sociedade harmoniosa equilibrada” (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.80). Nesse contexto, o Papa exortou os pastores sobre o necessário empenho na proclamação do *evangelho da família*, ou seja, no evangelho do respeito à moral conjugal, do evangelho da unidade, da fidelidade, da indissolubilidade, da perenidade e dos deveres mútuos dos cônjuges (Ibid., p.80-81).

#### 2.4.2.5

#### O Pronunciamento de João Paulo II aos Bispos da Região Sul

Ao se dirigir aos bispos do Rio Grande do sul, no dia dez de Fevereiro de 1990, o Papa refletiu sobre o anúncio e o testemunho de Cristo como missão primeira da Igreja, e ressaltou a preocupação dos pastores com a promoção humana. O Papa enfatizou o momento social, econômico e político difícil pelo qual o Brasil atravessava e ensinou que, embora fosse compreensível a preocupação dos pastores com a promoção da dignidade humana, “seria lamentável e até mesmo pernicioso, todavia, quando ela se tornasse tão envolvente e às vezes mesmo vinculada a opções ideológicas estranhas à mensagem evangélica, a ponto de desfigurar por completo o fim principal da Igreja” (Ibid., p.10). Na busca de seu fim principal, ou seja, a salvação das almas, a Igreja não se opõe à realização terrena do homem. A promoção humana sempre foi e sempre deve ser para a Igreja decorrência da busca do seu fim específico. “Isso é a melhor contribuição que a Igreja pode dar para a construção da sociedade” (Ibid., p.10).

Alertando aqueles bispos, o Papa ponderou que, em certas contingências, se pode compreender a tentação que um pastor poderia ter de canalizar seu pastoreio na direção exclusiva ou quase exclusiva da promoção humana, mas trata-se de uma tentação que deve ser superada. No seguimento do exemplo de Cristo, que saciou a fome do povo, sem se afastar de sua própria missão (Cf. Mc 8,2; Jo 6,15. 26. 58; Mt 22,21), João Paulo II afirmou que deveremos, algumas vezes como Igreja, dentro de nossa estrita “competência e subsidiariamente, procurar soluções também para problemas de ordem temporal, sobretudo nas situações em que se vê comprometida a dignidade do homem e os seus mais elementares direitos são espezinhados” (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.11); no entanto, pretender “reivindicar para a Igreja um poder que absolutamente não lhe compete é certamente desservi-la, no pior dos modos” (Ibid., p.10-11).

Na parte final desta sua mensagem, o Papa ensinou, à luz da *Gaudium et Spes* (76), que é de grande importância, sobretudo numa sociedade pluralista, que se tenha uma justa visão das relações entre a Igreja e a comunidade política. Assim sendo, “impõe-se fazer uma distinção clara entre a ação que os fiéis (...) fazem em nome próprio, como cidadãos, guiados pela sua consciência cristã, e as

ações que realizam em comunhão com seus pastores, em nome da Igreja” (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.12). Para João Paulo II, o envolvimento da Igreja nos problemas socioeconômicos e também “na vida da comunidade política deverá ser sempre e só consequência ou corolário da sua missão primordial; esta é, como se sabe, o anúncio e o testemunho de Jesus Cristo, Evangelho do Pai, seguindo o único Espírito da verdade” (Ibid., p.12). A salvação das almas é o fim essencial e a lei suprema da Igreja, e a santificação dos homens é o objetivo e o ápice de todo o seu empenho. Soando como conclusão de tudo o que havia afirmado nesta mensagem, o Papa esclareceu, à luz da *Sollicitudo rei socialis* (41), que “na evangelização em campo social, que é um aspecto do múnus profético da Igreja, o anúncio é sempre mais importante do que a denúncia; e esta não pode prescindir daquele” (João Paulo II, *Diretrizes aos bispos do Brasil*, 1990, p.13).

Durante encontro final com os bispos do Paraná, no dia dezessete de Fevereiro de 1990, João Paulo II refletiu sobre a Igreja como povo de Deus à luz da *Lumen gentium*. O Papa deixou claro que a imagem da Igreja como povo de Deus ajuda a exprimir, de modo correto, seu aspecto de corpo social, mostrando que ela, embora inserida na história dos homens, transcende todos os tempos e todos os povos (Ibid., p.20). Esta imagem de Igreja nos ajuda a entender que o ministério episcopal – de santificação, de ensino e de governo – não se subordina às opções humanas, mas à lei divina, pois se trata de um ministério a serviço da Igreja *povo de Deus* e não da Igreja *Deus do povo* (Ibid., p.22-23).

Durante o encontro conclusivo da visita dos bispos de Santa Catarina, no dia vinte e quatro de Fevereiro de 1990, o Papa reafirmou que “evangelizar constitui, realmente, a graça e a vocação próprias da Igreja, a sua identidade mais profunda” (Ibid., p.30); e manifestou sua alegria ao saber que, entre os bispos brasileiros, a *nova evangelização* já era uma palavra de ordem (Ibid., p.31). Nessa ocasião, o Papa explicou que, num país como o Brasil, onde se impõe a preocupação dos pastores com a autêntica promoção humana, a integridade do anúncio evangélico se torna um desafio. Alertou que os pastores precisam ficar atentos, para que a ênfase a um aspecto da mensagem de Cristo não se faça em detrimento de outro aspecto. As ações ligadas à solidariedade e à justiça não podem fazer esquecer o valor transcendente da vida humana, o sentido da existência (Ibid., p.32-33). Sobre isso, o Papa fez uma recomendação aos bispos:

ao promoverem a abertura para a dimensão social da evangelização, não deixem de ter presente que isso permanece expressão eclesial da 'missão'. Dando espaço à assistência e promoção humana, e dando em seus corações de pais e pastores preferência aos 'mais pobres' façam com que mantenham o primado dos bens da salvação; façam com que se respeitem as finalidades específicas dos ministérios ordenados e com que estes se alimentem na oração e na Palavra de Deus, sem reduções nem ambiguidades (Ibid., p.33-34).

Em síntese, o que se nota nas mensagens de João Paulo II, durante os encontros conclusivos das visitas *ad limina Apostolorum* dos bispos do Brasil, em 1990, pode ser resumido nos seguintes pontos: insistência na reflexão sobre a primordialidade do anúncio do evangelho da salvação na missão Igreja; consciência sobre a realidade social do Brasil, ao lado da proposição de uma resposta religiosa aos problemas sociais; preocupação com a direção do exercício do ministério pelos ministros ordenados, pelos religiosos e leigos.

A visão eclesiológica ensinada pelo Papa parece ser a de uma Igreja conhecedora e fiel ao seu chamado primeiro; uma Igreja consciente da realidade social, política e econômica, mas capaz de definir sua missão a partir de sua concepção teológica, sem desprezar o auxílio de outras ciências; uma Igreja formada por uma variedade de membros que atuam todos na mesma direção, embora em obras diferentes.

Os discursos do Papa não objetivam, em primeiro lugar, dar resposta aos dramas impostos pela realidade sociopolítica e econômica, mas quer apresentar a realidade teológica da Igreja e apontar sua importância no mundo. Em outras palavras, não existe nenhuma preocupação com os modos técnicos de melhorar o mundo ou organizar a pastoral, mas existe o interesse em apontar os princípios morais e religiosos norteadores da ação da Igreja, de seus membros e todos os envolvidos na trama social.